



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ATA N.º 55/XIII-3º/2021-25

1 - Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H00, nas instalações do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, sito na Rua Dr. Pires de Castro, n.º 12, na Freguesia de Laranjeiro, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia (continuação):

3.2 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86.º do Regimento (continuação);

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2023”;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências do Município de Almada para a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas ao abrigo do DL n.º 57/2019 de 30 de abril; - Retirada por solicitação da Presidente da Câmara Municipal;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, ao abrigo da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Aprovação da minuta do contrato Interadministrativo”; - Retirada por solicitação da Presidente da Câmara Municipal;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Apoio à União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, ao abrigo da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro”; - Retirada por solicitação da Presidente da Câmara Municipal;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Caparica e Trafaria ao abrigo do DL n.º 57/2019 de 30 de abril”; - Retirada por solicitação da Presidente da Câmara Municipal;

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União de Freguesias de Caparica e Trafaria, ao abrigo da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Aprovação da minuta do contrato Interadministrativo”; - Retirada por solicitação da Presidente da Câmara Municipal;

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Apoio à união de Freguesias de Caparica e Trafaria no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, ao abrigo da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro”; - Retirada por solicitação da Presidente da Câmara Municipal;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concessão da Exploração de um posto de abastecimento de combustíveis sito na Avenida Henrique Barbeitos, Parcela 12D do Parque da Paz, Laranjeiro”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Casa em Almada”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2.ª Modificativa Objetiva ao Contrato n.º 37/2023 para fornecimento de licenciamento e manutenção de software Microsoft pelo prazo de 3 anos”;

3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis sito na Avenida 23 de julho, Laranjeiro. Não adjudicação”;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- 3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria (31 de janeiro de 2022 a 30 de janeiro de 2023)”;
- 3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Não adjudicação do objeto do procedimento por Concurso Público Internacional n.º CS001152023 para Concessão de Uso Privativo do Domínio Público Municipal para a instalação e exploração publicitária de Mobiliário Urbano”;
- 3.16 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada”;
- 3.17 – Eleição do representante da Assembleia Municipal de Almada na Comissão do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada”;
- 3.18 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Júri de recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada - Designação e alteração de membros anteriormente designados”;
- 3.19 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento do Autoconsumo Coletivo – Núcleo de Energia Renovável dos 3VALES”;
- 3.20 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato de Delegação de Competências na educação do Município de Almada nos Diretores de AE e ENA de Almada”;
- 3.21 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Estratégico Local – Igualdade e Não Discriminação de Almada – INDA”;
- 3.22 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Almada”;
- 3.23 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;
- 2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.**
- 2.1 – Nos termos do n.º 3 do artigo 9.º do Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou à Assembleia Municipal da renúncia ao mandato do Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE).
- 3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.**
- José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).
- 4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:**
- 4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Bruno Ramos Dias (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU), Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD) manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as António Paulo Júnior (CDU), Andreia Sofia Egas (CDU), António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), Maria Teresa Morato Rodrigues Cardinho (CDU), Ana Catarina Ribas Lopes (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD), Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD), João Carlos da Silva Antunes (PSD) e Aurora Maria dos Santos Moreira (PSD).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS), solicitou a sua substituição pelo eleito Paulo Ricardo Correia Figueiredo (PS), a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaíça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Nuno Ricardo Cardoso (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada do Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica José Ricardo Martins (IND).

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS), António Sousa Matos (CDU), Joana Rodrigues Mortágua (BE).

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes
“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Arnaldo Leite, Débora Muzzi e Luís Filipe Pereira.

5.2.1 – O Senhor Múncipe Arnaldo Leite:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Enquanto cidadão, desperto para as questões de natureza ambiental e da saúde pública e, encorajado pela louvável posição assumida pela Senhora Presidente da Câmara, na última Assembleia Municipal, começo por lamentar a gravidade de uma decisão que, de forma absolutamente irresponsável, a União Europeia se preparará para tomar, ignorando, em absoluto, a saúde pública e em total submissão as pressões dos grandes Interesses económicos.

Venho falar do N-fosfometil-glicina, o herbicida com o nome comercial de Glifosato.

o Glifosato é um herbicida sistémico de amplo espectro e dessecante de culturas. É usado para matar ervas daninhas, folhosas perenes, gramíneas e insetos, que competem com as culturas, sendo tristemente conhecido por mata-mato, tal é a sua capacidade de destruição.

Trata-se de um organofosforado, ou seja, a mesma base usada para produzir inseticidas.

Foi criado pela Monsanto e entrou no rendoso mercado mundial em 1970.

Contrariando em absoluto os relatórios publicados pelos grupos económicos envolvidos e que, lamentavelmente, fazem fé junto dos decisores políticos, o Centro Internacional de Pesquisa sobre o Câncer garante que se trata de um genotóxico cancerígeno para todos os seres vivos.

As diabólicas adaptações ao Glifosato, que permitiram uma aplicação sistémica, rapidamente colheram as preferências dos agricultores, tornando-o no herbicida mais utilizado em todo o mundo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O mercado global do Glifosato foi de 5,5 biliões de dólares em 2012, tendo evoluído para 8,8 biliões em 2019. Isto sem contar com a sua comercialização com marcas de segunda linha que duplicam este valor.

Importa referir que, este herbicida, foi concebido para ser aplicado em grandes culturas extensivas como, por exemplo, do café, do arroz, da cana-de-açúcar, forragens, soja, sorgo e trigo.

O Glifosato no foi concebido para atuar em tecido urbano, a quantidade de produtos espargido por centímetro quadrado é assustadoramente elevada e com uma brutal concentração tóxica. Um químico produzido para uma aplicação extensiva, não deve, de forma nenhuma, ser utilizado num espaço limitado, com elevada presença humana e grande densidade habitacional.

Contrariando os relatórios da Monsanto e das empresas agrupadas que, sistematicamente, encobrem os efeitos negativos do Glifosato e, secundando o Centro Internacional de Pesquisa sobre o Câncer, a Organização Mundial de Saúde, identifica o aparecimento de linfomas, melanomas, cancro nos ossos, no cólon, rins, fígado, pâncreas e tireoide, nos seres vivos expostos a este herbicida.

Mas não fica por aqui o efeito nefasto do Glifosato. A sua principal função é neutralizar a formação de enzimas, eliminando insetos e a capacidade das plantas se desenvolverem. Só que esta função atinge todo o mundo animal.

A falta desta proteína fundamental, provoca dor e distensão abdominal, diarreia, sensação de inchaço, má digestão e doenças celulares de gravidade, com consequências na fertilidade.

o mais irónico de tudo isto é que, o uso frequente do Glifosato, em vez de reduzir as plantas que se pretende eliminar, funciona em sentido contrário porque, o seu uso persistente, provoca resistências.

Então, são introduzidos outros compostos químicos que aumentam brutalmente a sua agressividade, tornando-o ainda mais nefasto.

Os poderosos interesses económicos em redor dos herbicidas, do Glifosato em particular, mascaram, infelizmente com resultados, os seus efeitos prejudiciais para a saúde e para o ambiente.

Muito e muito mais haveria a dizer, a começar pelas soluções alternativas disponíveis, desde que se olhe para esta vegetação nativa de forma diferente, designadamente como matéria-prima em vez de lixo.

Nessa impossibilidade é com o maior empenho que assumi vir perante esta digna Assembleia, sugerindo que se informem, se esclareçam, se questionem e que procurem soluções alternativas, antes de tomarem uma decisão que, desejavelmente, seja no sentido da total abolição do uso deste herbicida no Município de Almada.”

5.2.2 – A Senhora Múncipe Débora Muzzi:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como já perceberam sou brasileira, vivo em Almada há quase seis anos, trabalhei no Governo do Brasil durante trinta e dois anos na área das finanças, dos quais vinte foram em gestão, análises e acompanhamento de discursos públicos.

Fiz aqui em Portugal em 2012, um curso de especialização em Administração Pública e depois passou a Mestrado e apesar de já ter conhecido Portugal em anos anteriores, apaixonei-me e decidi quando me reformasse vir viver aqui, e escolhi Almada, uma cidade mais tranquila onde pudesse aproveitar a qualidade de vida.

Desde logo me apaixonei pela cidade onde comecei a viver e também sempre fui muito envolvida em questões da comunidade.

Passei a trabalhar num projeto de voluntariado em Lisboa durante dois anos e consegui trazer-lo para Almada, que é um projeto que se chama “Pedalar sem Idade”. É uma parceria com a Câmara de Almada, que sem a ajuda da Câmara Municipal não seria possível, não seria viável acontecer e a parceria é fundamental com a Câmara Municipal. O nosso projeto é procurar, minimizar, o isolamento de idosos, em questão de casa, questão



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de lares, então essa pareceria com a Câmara é fundamental e agradecemos isso e estamos há um ano com esse projeto.

Ontem a Assembleia Municipal trouxe um tema que é muito caro para nós, porque esse projeto se realiza por meio de bicicletas. Nós levamos os idosos a passear por meio da bicicleta, que tem um sofá à frente onde vão dois idosos e a ideia é trazer-los novamente ao convívio coletivo, social e trazer-los à rua, aos parques, ver a cidade novamente. E os temas de ontem deram-me coragem de vir aqui hoje trazer esta minha experiência. E dar o meu depoimento sobre esse tema.

Eu vi que alguns Deputados ontem pronunciaram-se sobre o que foi apresentado pela 6.^a Comissão, dizendo que muito foi feito e concordo, muito já foi feito em Almada pela executivo atual e o anterior, melhoraram as ciclovias, mas nós que usamos no dia a dia, percebemos que ainda há muito para fazer.

Houve um Deputado Municipal que referiu que em Almada é muito difícil para ter ciclovias porque o território já está todo estruturado, é muito complicado e eu acho que é exatamente por esse motivo que nós devemos aproveitar todas as oportunidades que temos. Temos duas oportunidades que é o alargamento do IC20, que a Senhora Presidente da Câmara Municipal mencionou, apesar de ter uma via verde, e também a petição que foi feita pelos moradores de Almada em relação ao metro, a possibilidade de ter uma ciclovia ao lado do metro. São duas possibilidades que Almada pode aproveitar para a melhoria desse transporte mais suave.

Também não é só a ciclovia, a ideia é ter áreas onde as bicicletas se possam mover e que tem uma boa interação com outros meios de transportes públicos. São necessários, mas o que eu acho interessante é ter o acesso ao transporte público, para o peão e para o usuário da bicicleta. Muitas vezes ignora-se construir um espaço de acesso ao transporte público, pensasse muito nos veículos, tem que ter um grande estacionamento, tem que ter uma grande área para as pessoas chegarem nos carros, para apanharem o metro, o comboio, muitas das vezes esquecessem que existem outras possibilidades de transporte individual que não somente o carro.

Então era isto, é dar o meu depoimento, eu trabalho com isso e achei interessante trazer-vos esta experiência e acho muito difícil andar em bicicleta em Almada, eu que ando todos os dias, preciso de um espaço para andar, muitas vezes estou concorrendo com peões, estou concorrendo com veículos e nem sempre é possível.

Portanto, peço a todos que pensem nesse projeto de aumento de ciclovias para a melhoria das já existentes.”

5.2.3 – O Senhor Município Luís Filipe Pereira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há dois ou três dias, ouvi umas declarações do Senhor Ministro da Defesa Nacional, e foi esse motivo que me trouxe a esta Assembleia Municipal. Porque todas as questões que dizem respeito não só essas, mas as questões que dizem respeito ao Arsenal do Alfeite, mexem comigo, mexem com a minha memória, porque mais de metade da minha vida foi passada naquele estaleiro. E então queria trazer-vos aqui algumas linhas que escrevi e não tive a oportunidade de passar para o papel e socorro-me destas novas tecnologias que os mais velhos também vão adotando.

Para compreender o declínio do Arsenal do Alfeite, é preciso recuar a 1987 quando em Agosto foi formado o XI Governo chefiado por Aníbal Cavaco Silva, foi o 1.^o Governo monopartidário com apoio parlamentar maioritário e foi a Cavaco Silva que ficou a dever-se a Lei da Aposentação Antecipada Bonificada, que conferiu a possibilidade a alguns sectores do funcionalismo público (nomeadamente ao Arsenal do Alfeite) que com 30 anos de descontos pudessem beneficiar de um acréscimo de 20 %, para assim completarem 36 anos de serviço e puderem requerer a Aposentação Antecipada Bonificada.

O efeito no Arsenal do Alfeite, na altura, foi ter ficado desprovido de cerca de 3 centenas dos melhores técnicos operários e engenheiros.

O Arsenal ressentiu-se muito desta medida e a partir daí foram sempre crescentes as dificuldades impostas ao Arsenal do Alfeite.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Sucessivos Administradores e Conselhos de Administração, foram prometendo a modernização do Estaleiro, modernização que nunca viria a acontecer. Todos sabiam que eram necessárias obras de reparação do Plano Inclinado e substituição dos meios elevatórios cuidados com a Doca Seca entre outras situações de maquinaria e ferramentas.

Mas é sem dúvida em 2009 que o Governo de maioria absoluta de José Sócrates (PS) extinguiu o Arsenal do Alfeite e criou a Arsenal do Alfeite SA, contou na altura com o apoio do PSD e do CDS que votaram a favor da extinção do Arsenal.

Na altura resultou na redução de 600 trabalhadores de 1200 para 600.

Foi atribuída uma verba de 75 milhões para modernizar o Arsenal o que nunca aconteceu, na altura a EMPORDEF holding que ficou com a responsabilidade da Arsenal SA utilizou 35 milhões para pagar dívidas nos Estaleiros de Viana do Castelo dos quais também eram responsáveis.

A modernização do Arsenal ficou por fazer, os trabalhadores mais qualificados saíram e tem sido sempre a degradação a aumentar, passando pela destruição da Escola de Formação onde se formavam profissionais de acordo com as necessidades do Arsenal.

Note-se que o Arsenal do Alfeite, sempre trabalhou em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional/Centro de Formação da Cruz de Pau, lembro-me da Dr.ª Maria José Esteves, com quem tive o imenso prazer de trabalhar, eu e não só.

Entretanto, a EMPORFEF foi extinta em 2019.

Hoje aparecem com cara de preocupados, mas esquecem a responsabilidade que têm nesta matéria incluindo altas patentes da Marinha que assistem a tudo isto como se não lhes dissesse respeito. Este é mais um caso de insensibilidade e destruição dum sector de excelência que sempre construiu e reparou Navios da Marinha Portuguesa.

Agora o Ministro da Defesa Nacional declara que “Defesa recebeu o Arsenal do Alfeite tecnicamente falido e que pagou salários com empréstimo bancário de 2 milhões de euros para pagar salários e cumprir obrigações fiscais.

É importante referir que até 2009 o Arsenal sempre cumpriu as suas obrigações, nunca falhou com pagamentos aos trabalhadores nem a fornecedores e se não pode recrutar trabalhadores foi por imposição do Poder Central, talvez já tivessem no pensamento alguma ideia estratégica de acabar de vez com o Arsenal.

Não desistimos de pensar que o Arsenal é indispensável à Marinha Portuguesa assim a Marinha Portuguesa chame a si a responsabilidade de exigir um Arsenal à altura da sua missão que já desempenhou com excelência e mestria.

Ao atual Governo exigem-se declarações esclarecedoras sobre o futuro do Arsenal o Senhor Ministro escolhe o alarmismo e remete responsabilidades para o passado.

É preciso cumprir o Arsenal revitalizando-o, no respeito pela Marinha pelos Trabalhadores e Pelo País.”

5.3 – Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN), o Senhor Deputado Municipal Pedro dias Pereira (PS), João Eduardo Geraldes (CDU) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer a presença dos senhores muncípes que aqui estiveram hoje a trazer as suas experiências e os seus testemunhos, particularmente o Senhor Arnaldo pelo importante assunto que aqui trouxe, do Glifosato.

O PAN no último mandato apresentou uma recomendação para que não fosse usado mais em Almada o Glifosato e foi acatada pela Câmara, desde 2020, que a Câmara Municipal de Almada não utiliza o Glifosato para eliminação das ervas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No entanto, preocupa-nos que a União Europeia possa voltar atrás nessa matéria, mas da parte do PAN continuaremos atentos e não permitiremos que em Almada e também creio que não seja esse o espírito, voltem a usar esse veneno nas nossas ruas.

Dar também os parabéns à Senhor Múncipe Débora, pelo projeto da bicicleta que transporte idosos pela cidade, que acho que é um projeto muito importante para os nossos idosos, espero que continue e se espalhe pelo país.”

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra porque a Senhora Múncipe Débora Muzzi, falou da minha pessoa, porque fui eu que referi a questão das cidades em geral, ao longo dos anos, o seu urbanismo tem vindo a ser edificado, nem sempre a bicicleta constou nas intenções das pessoas, pelo menos como nós a entendemos hoje.

Portanto, eu não disse que por ser difícil não é para se fazer, eu disse é que é complicado às vezes implementar e implantar ciclovias em determinado tecido urbano e também entre tecidos urbanos, devido a vários motivos, de terreno, de vias já existentes, etc. E ainda quando se pensa em requalificar vias, torna-se difícil conciliar com a ciclovia.

Dou-lhe um exemplo, a Ex 377 na Charneca de Caparica, pode ter pedaços de ciclovia, mas não consegue ter em toda a sua extensão. Porquê? Isso levava-nos muito longe e eu não vou aqui tomar tempo, no entanto, em Almada, no Concelho de Almada, onde é possível implantar e implementar ciclovias o executivo da Câmara Municipal tem feito um esforço apreciável nesse sentido.

É claro que as coisas não mudam de um dia para o outro, mas acho que estamos no bom caminho. E digo-lhe, eu gosto muito de bicicletas, tenho três. No entanto, permita-me dizer-lhe mais uma coisa Senhora Múncipe, eu sou daquelas pessoas e não lhe vou dizer aqui em público aquilo que já falei em privado com a Senhora Presidente da Câmara, mas lhe garanto que já fiz uma proposta à Senhora Presidente da Câmara Municipal muito interessante nessa área das bicicletas. E haja capacidade financeira para aquilo que eu gostava de ver ainda um dia acontecer.”

5.3.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU pediu a palavra para sublinhar e agradecer a vinda a esta Assembleia Municipal do Senhor Múncipe Luís Filipe Pereira, para colocar de novo e agradecer-lhe a sua insistência nesta matéria, colocar de novo um problema que é um problema fundamental para o nosso Concelho e não apenas para o nosso Concelho, é um problema fundamental para a Marinha Portuguesa, é um problema fundamental para Portugal no seu conjunto que é o problema do Arsenal do Alfeite.

Infelizmente, Há quinze anos que assistimos a uma reiterada tentativa de eliminação de uma unidade industrial de topo, uma unidade industrial de enorme qualidade, que hoje está altamente de pau parada por uma política pública completamente errada, que teve início em 2009, como Luís Filipe aqui nos recordou.

A CDU obviamente, reafirma aqui a sua enorme preocupação relativamente ao caminho que está a ser imposto ao Arsenal do Alfeite, e apela à Câmara Municipal que assuma a sua responsabilidade, no sentido de defender aquilo que é um património inalienável do Concelho de Almada, dos almadenses, mas também dos portugueses. Que adote uma posição ativa na defesa daquilo que é esse património inalienável dos almadenses.”

5.3.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Senhor Múncipe Arnaldo Leite e sobre a questão do Glifosato. Eu estou convencida e mesmo que a União Europeia mude de posição, eu acho que está mais do que comprovado que o Glifosato é antes de mais, um produto perigoso para o próprio trabalhador que o coloca. Portanto, enquanto Presidente da Câmara,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

eu prefiro ter algumas ervas a crescer do que fazer com que os nossos trabalhadores corram o risco de vida e de vir a contrair cancro gravíssimos ao fim de 10, 15 ou 20 anos.

É verdade, isso implica um esforço muito maior dos Municípios, um bocadinho de sol e um bocadinho de chuva e as ervas crescem. Por isso é que é importante e por isso é que estamos a trabalhar e por isso é que já criamos um primeiro centro de triagem, para inclusivamente, naquilo que é a recolha no corte de ervas, podemos recuperar as ervas que apanhamos, porque podem servir de compostagem e podem ser elas próprias, um bem que podemos reabilitar.

Queremos levar mais longe isso. Ainda hoje, não apenas nas Terras da Costa e aproveito, espero que todas as bancadas tenham recebido um saquinho dos produtos agrícolas das Terras da Costa, um projeto em que hoje houve mais um seminário, foi bom ver aquela sala cheia e o entusiasmo a crescer de dia para dia, mas também para além da questão agrícola, estamos a trabalhar em poder criar grandes centros de compostagem e em conjunto com as Uniões de Freguesia e Junta de Freguesia, poder cada vez mais fazer a diferenciação entre o que é a recolha de verdes e o que é os lixos, os monos, que também é um problema e são reais e não há Glifosato que nos valha para esse real problema.

Portanto, sim, é verdade, mas também já disse, as Juntas são órgãos autónomos, e se quiserem trazer aqui um voto sobre o glifosato, digo já, o meu voto é contra. Mas se a democracia votar de outra forma, conto convosco para fazermos uma campanha eficaz de consciencialização, que eu prefiro uma erva a que haja perigo de vida, não apenas para os trabalhadores que o colocam, mas para todos aqueles que passam no espaço no tempo mais próximo.

Relativamente à Senhora Muniçipe Débora e agradecer a sua questão. a Associação Pedalar sem Idade tem sido nosso parceiro em muitas iniciativas e eu própria já fui abençoada por um pequeno passeio que é muito, muito divertido e estamos absolutamente conscientes dessa questão.

Há um princípio que já ficou assente, e como sabem todas as obras estruturantes, só se não for fisicamente possível e há sítios onde não é fisicamente possível, é que não é colocada uma verdadeira ciclovia. Por isso é que na Estrada Florestal é uma via de segurança e uma ciclovia ao mesmo tempo, por isso é que na Avenida do Mar há uma ciclovia que está presente, por isso é que vamos lançar agora a reabilitação da ciclovia da Trafaria à Costa da Caparica, e por isso é que estamos a estudar e isso é sempre mais difícil, que é a criação de ciclovias dentro da Cidade de Almada.

Reconheço que a reabilitação que foi feita entre Cacilhas e a Cova da Piedade, foi um remendo, não seve, não chega e temos que olhar aquilo, foi feito no âmbito do Orçamento Participativo com verbas muito limitadas, não chega é preciso ir mais longe.

Estamos a finalizar a rede ciclável, mas a Carta Aberta que analisamos ontem, tem naturalmente o seu valor, o valor de ser a expressão de uma sociedade civil, mas nós não vamos ficar à espera do metro para continuar os nossos projetos de instauração de ciclovias.

Às vezes não são as melhores, têm que ser vias partilhadas que aliás, era o que o nosso regulamento estabelecia. É o ideal? Não é, não haja dúvida. Mas temos que saber adaptar as cidades e depois até poder criar zonas livres de carros só para circuitos clicáveis. Isso é possível envolvendo a comunidade. Portanto, vocês também são muito importantes. Que haja comunhão entre as pessoas e que as pessoas percebam os benefícios e mesmo os trabalhos que foram feitos na Sobreda, têm uma grande vantagem. Aquilo não é uma ciclovia, aquilo é uma via ciclável entre escolas, para que os pais possam levar os filhos de bicicleta para escola e que possam treinar neste domínio.

Lembrar ainda, os programas a cargo da juventude e da educação, para alargamos e todas as crianças do Concelho aprenderem a andar de bicicleta. Agradecemos desde já, toda a colaboração que temos tido.

Meu caro Luís Filipe Pereira, partilhamos a preocupação e eu quero dar aqui uma nota muito clara. Nós tivemos uma grande esperança, quando foi firmado, um protocolo entre a Universidade Nova e o Arsenal do Alfeite e



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que iam dar cursos pós formação, e que a nossa grande escola de engenharia, podia instalar-se no Arsenal do Alfeite. A Câmara Municipal tem sido incansável em tentar estimular projetos para ali.

Para além da qualidade das equipas, o Arsenal do Alfeite tem espaços extraordinários e era quase possível fazer um novo Campus ultra especializado. Temos falado com todas as autoridades competentes e isto responde desde já ao Senhor Deputado Municipal João Galdes, a Câmara Municipal tem estado muito empenhada nisso, mas está empenhada dentro daquilo que são as suas capacidades. É um terreno militar apesar de ser uma indústria específica. É verdade, que as indústrias militares neste momento são indústrias altamente tecnológicas.

Portanto, é preciso repensar, seria um desperdício não aproveitarmos não apenas aquelas pessoas, todo aquele historial e aquele espaço fantástico.

Percebo a preocupação, a Câmara Municipal dentro daquilo que são as suas competências, que volto a referir, são limitadas, mas estaremos sempre do lado da solução e continuaremos a fazer propostas nesse sentido, mas como sabe, são decisões que nos ultrapassam, sobretudo na área militar.

Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, penso que também já respondi à questão do Glifosato.

O Senhor Deputado Municipal Pedro Pereira, já que tem tantas bicicletas, espero que um dia possamos fazer um passeio. Eu estrei a rede ciclável da Costa da Caparica ao longo da Estrada Florestal e foi muito divertido e podemos regularmente ir conversando sobre os destinos de Almada e agora pela Avenida do Mar e mostrar-lhe tudo o que ainda há por fazer naquela bela União de Freguesias que tão bem defende, de bicicleta e vai ser um gosto.”

6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia (continuação).

6.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da ordem de trabalhos, para apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86.º do Regimento (continuação);

6.2.1 – Para apresentar o Relatório da 6.ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU);

6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O presente relatório, no cumprimento do estabelecido no regimento da Assembleia Municipal de Almada, tem como objetivo demonstrar a atividade da Comissão supramencionada no primeiro semestre do ano 2024.

Assim,

Na reunião realizada aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, os deputados municipais definiram o plano de trabalho para o ano presente.

Conforme consta na n.º 24/XIII-3.º/2021-2025, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, nas instalações da Metro Sul do Tejo, foram abordadas matérias relativas à extensão do metro de superfície no concelho de Almada e em outros concelhos limítrofes.

Foram apontadas as extensões da linha até à Costa da Caparica e Trafaria, possibilidade de ligação à Freguesia de Charneca da Caparica/Sobreda, em carril ou em “espaço dedicado” (metrobus), assim como as ligações ao concelho do Seixal e Barreiro com interface com outros transportes públicos, nomeadamente com o transporte fluvial.

A questão da revisão do traçado das futuras extensões da linha do metro de superfície está a ser equacionada, considerando o desenvolvimento do território e as novas necessidades entretanto sentidas pelas populações, atendendo, sobretudo, ao crescimento do número de passageiros.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Conforme consta na ata n.º 25/XIII-3.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, nas instalações da Área Metropolitana de Lisboa (AML), foi feito um ponto da situação sobre a rede rodoviária da Carris Metropolitana.

Os deputados municipais reconheceram que muitos dos problemas iniciais apontados às carreiras e horários foram sendo corrigidos, pelo que consideram importante a proximidade existente entre esta Comissão da Assembleia Municipal e AML para encontrar soluções e reajustar carreiras e horários para melhor servir o interesse das populações utentes do serviço de transporte público.

Foram abordadas, ainda, matérias sobre a contratação de motoristas para reforçar a resposta da rede de transporte rodoviário; a instalação de abrigos nas paragens, sabendo que o mesmo se encontra em concurso na esfera dos Municípios; e alargamento de carreiras de bairro com passagem pelos locais de maior procura pelas populações.

Por fim, foi referida a necessária planificação para responder ao período de verão na Costa da Caparica, ao que acresce a realização de dois festivais de música em julho e agosto; assim como a necessidade de acompanhar os estudos de expansão de outros meios de transporte para que possa ser feita a devida articulação intermodal. Conforme consta na ata n.º 26/XIII-3.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos quinze dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, foram abordados assuntos de mobilidade geral no concelho.

Sobre a obra de alargamento do IC20 entre o Centro-Sul e a Costa da Caparica, o Vereador José Pedro Ribeiro, informou que é da responsabilidade da Baixo-Tejo, que a mesma obra estava prevista no contrato de concessão, onde a Câmara Municipal alertou para a necessidade de existência de um corredor bus entre a Costa da Caparica e Almada.

Sobre melhorias de mobilidade no concelho, os deputados municipais referiram a necessidade de intervir na zona da Charneca/Aroeira; ligações à Fonte da Telha e zona de praias; alargamento da rede ciclável em espaço próprio; aumento das zonas de estacionamento e novas travessias em corredores definidos entre margens (Barreiro-Chelas e Trafaria-Algés) considerando as vias já existentes (A33 e CRIL) e o anúncio da construção do Aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete, que terá impacto em todo o concelho de Almada, integrado na Área Metropolitana de Lisboa.

Todas estas matérias foram consideradas pela Vereador em representação da Câmara Municipal, reconhecendo a sua importância e necessidade de planificação e execução de modo a salvaguardar o futuro e desenvolvimento de um território com perspetiva de crescimento demográfico, tendo Almada que estar preparada para promover vários modos de mobilidade de uso individual e coletivo.

Conforme consta na ata n.º 27/XIII-3.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.”

6.2.2 – Para apresentar o Relatório da 7.ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).

6.2.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A 7.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada – Direitos dos cidadãos, Proteção Civil e Segurança - doravante designada por Comissão – realizou duas reuniões no período em apreço do presente relatório: a primeira reunião realizada no dia 25 de janeiro, sobre o Regulamento de organização e funcionamento da Polícia Municipal de Almada; a segunda reunião realizada no dia 11 de abril, para definição das atividades da Comissão no ano de 2024.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

25 de janeiro | Reunião com Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Almada, Dra. Francisca Parreira, para apresentação do regulamento de organização e funcionamento da Polícia Municipal de Almada - A reunião foi marcada com o objetivo de dar a conhecer e poder esclarecer eventuais questões sobre o referido regulamento, que iria ser agendado para apreciação e votação na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Almada. Nesse sentido, a Senhora Vereadora apresentou deputados municipais presentes todo o processo de elaboração do referido regulamento, detalhando cronologicamente todos os detalhes processuais da proposta de regulamento, nomeadamente aquilo que resultou da consulta pública do mesmo. A Senhora Vereadora fez-se acompanhar pelo Senhor Diretor de Departamento do Serviço de Proteção Civil, António Godinho, o qual apresentou a estrutura orgânica meios previstos e infraestruturas para a Polícia Municipal de Almada. Importa ainda mencionar que o referido regulamento foi aprovado pela Assembleia Municipal no dia 23 de fevereiro, ratificado em Reunião de Conselho de Ministros no dia 21 de março, tendo sido publicado no Diário da República no dia 2 de abril (Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2024, de 2 de abril).

11 de abril | Reunião para definição das atividades da Comissão para o ano de 2024 – Considerando o âmbito desta Comissão, ficou definido que no ano de 2024 a comissão iria focar a sua atividade na dimensão referente aos serviços públicos prestados pelo Município, nomeadamente no que respeita ao atendimento ao público. Nesse sentido, a Comissão irá

solicitar reunião com a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Dra. Francisca Parreira, responsável pelo pelouro do Atendimento ao Múncipe. Será igualmente solicitada uma reunião com a Câmara Municipal com o objetivo de fazer um ponto de situação sobre transferência de competências da Administração Central para a autarquia nas áreas da ação social, educação e saúde no que concerne à componente de atendimento ao público. Sendo esta matéria transversal com a 2.ª e 5.ª comissões permanentes da AMA, será articulado com as referidas comissões o agendamento da reunião conjunta com a Câmara Municipal. Para além destas reuniões, a Comissão reunirá sempre que se verifique algum acontecimento específico que justifique a audição de alguma entidade, no âmbito das áreas de intervenção que esta Comissão acompanha.”

6.3 – Entrou-se no ponto 3.3 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2023”;

6.3.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.3.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu penso que este Relatório é relativamente simples, até porque já trouxemos aqui a apresentação de contas e neste momento é o Relatório das Contas Consolidadas, portanto, de todo o universo autárquico.

Incluem neste universo para além da Câmara Municipal, a Empresa Municipal WEMOB, a AGENEAL, Os SMAS, a ARRIBATEJO, a NOVALMADAVELHA.

A Consolidação de Contas incidiu sobre a Prestação das Contas de 2023, que os Senhores Deputados Municipais também já conhecem, com expressão nos balanços individuais das entidades seguintes:

Município de Almada 637 milhões de euros, Serviços Municipalizados SMAS 56 milhões de euros, WEMOB cerca de 2 milhões de euros, a AGENEAL 82 mil euros, a ARRIBATEJO 611 mil euros, NOVALMADAVELHA 329 mil euros.

O Balanço Consolidado do ano 2023, totaliza 645,5 milhões de euros, que representa uma redução de 6 milhões de euros comparado com o ano anterior, a destacar os ativos não correntes 538 milhões de euros, um incremento de 6 milhões de euros, o ativo corrente 107 milhões de euros que constitui uma diminuição de 12 milhões de euros, um património líquido de 583 milhões de euros com um incremento 1,5 milhões de euros, e um passivo de cerca de 62 milhões de euros que também constitui uma redução de 7,5 milhões de euros.

A redução do ativo corrente por via da redução do montante de disponibilidades caixas e bancos, provêm em especial da diminuição da dívida de média e longo prazo de financiamentos externos, empréstimos assim como por via dos deferimentos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Os indicadores de solvabilidade são bastante elevados, o peso de capitais alheios de dívidas de curto, médio e longo prazo no funcionamento das atividades, é de 5%.

O grau de autonomia financeira corresponde a 90%, era 89% no ano anterior.

Apurou-se, no entanto, e isso é bom termos essa noção, um resultado líquido negativo de 3,5 milhões de euros. No entanto, a variação do património líquido em 2023 foi positiva a mais 1,5 milhões de euros. Sendo que os aumentos por via de outros elementos patrimoniais nomeadamente, resultados transitados e outras variações do património líquido, compensaram a redução do resultado consolidado.

O aumento de gastos de 18 milhões de euros, comparando com o ano anterior, excedeu a variação positiva de rendimentos de 9 milhões de euros. Assinando um aumento substancial nos gastos com pessoal, o aumento com gastos de pessoal foi na ordem dos 10 milhões de euros, nas transferências e subsídios correntes mais 3 milhões de euros, e fornecimentos a serviços externos.

De referir ainda que, o resultado líquido do exercício menos 3,5 milhões de euros decorreu do resultado positivo antes gastos de financiamento reduzido pelo montante de 20 milhões de euros de depreciações e amortizações.

Comparativamente com o ano anterior, os direitos de receitas por cobrar aumentaram em 2,7 milhões de euros, reunindo cerca de 14 milhões de euros no final de 2023. Enquanto as obrigações por pagar registaram 17 milhões de euros aproximadamente equiparável ao ano de 2022.

O desempenho orçamental que não inclui a Empresa Municipal WEMOB, por não ser reclassificada, para efeitos de contas nacionais, evidencia cerca de 163 milhões de euros de receita cobrada no ano de 2023 que corresponde a 6,5 milhões de euros de aumento comparando com o período homólogo.

A despesa paga totalizou em 2023, 179 milhões de euros, um acréscimo de 21 milhões de euros.

Esta diferença entre o aumento e a despesa resultou como sabem, num resultado operacional negativo de cerca de 17 milhões de euros.

A demonstração de fluxos de caixa consolidada revela 49 milhões de euros em caixa, e seus equivalentes no final do período de 2023, representa um montante contabilizado em caixa e banco e corresponde ao saldo para a gestão seguinte: execução orçamental no valor de 46 milhões de euros, e de 3 milhões de euros de operações financeiras.

Isto de uma forma muito resumida, é o Relatório que temos a apresentar. Aproveito esta ocasião neste resumo das contas, como veem Almada continua com uma situação que é estável, que é fiável, com grande capacidade de endividamento, mas não posso deixar, tal como o fiz na última Assembleia Municipal quando foi a Prestação de Contas, para alertar para alguns aspetos.

Muito do aumento do orçamento que nós tivemos, deveu-se não só a uma perspetiva de receitas muito acentuadas com base nos PRR e na Estratégia Local de Habitação, houve também naturalmente, um aumento muito significativo devido às transferências de competências, mas as transferências de competências também corresponderam a um aumento muito significativo das despesas já para não falar do tal aumento de despesas correntes nomeadamente, gastos com pessoal em grande parte resultante das alterações ao nível da remuneração salarial com a qual concordamos para que não haja dúvidas a esse nível.

Já em relação ao PRR e face à demora das respostas que os Municípios têm tido, uma série de funções, a questão começa a nos preocupar um pouco mais até porque nós temos uma série de projetos que estão prontos para serem colocados, para concurso para habitação final e início de obra, refiro só que está pronto para lançamento os 134 fogos das Terras da Costa que representam um investimento de 24 milhões de euros, mas continuamos sem ter respostas claras da parte do IHRU e da parte do Governo.

O mesmo se passa para as obras de reabilitação da Quinta de Santo António, já para não falar de uma questão que ontem foi abordada e que eu acho que era importante referir, que é as regras que mudaram ao nível das escolas que estavam previstas para Almada, que foram identificadas pelo próprio Governo anterior como sendo prioritárias e para qual na listagem que saiu as nossas escolas assim como muitas outras não constam. Não



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

constam, mas terão que constar porque fazem parte de um acordo entre todos os Municípios e a Associação nacional de Municípios.

Já reunimos com o atual Governo, garantem que haverá financiamento para cumprimento dos compromissos, mas ainda não temos essas respostas muito claras. Estamos a falar de todos os projetos que estão em curso, seja das escolas, seja os dois Centros de Saúde, seja a habitação e estamos a falar dos maiores projetos, há um que está a decorrer normalmente, sem problema, que são as Comunidades Desfavorecidas porque é via AML, mas partilho convosco uma preocupação que foi partilhada ontem mesmo na Cimeira que houve entre a Área Metropolitana de Lisboa e a Área Metropolitana do Porto, e é verdade que ao nível do PRR e sobretudo ao nível do PRR da habitação, foram beneficiados na distribuição das verbas que estavam previstas, mas também é onde há as maiores carências a esse nível e continuamos à espera de resposta. Acreditamos naturalmente, na boa fé do Governo, mas o prazo é o prazo e o prazo do PRR até agora também não tivemos qualquer notícia, nem sequer da possibilidade de um aumento do prazo. E a questão torna-se ainda mais perturbadora quando muitas das respostas que esperamos é a aquisição pura e simples. Por exemplo, o nosso vizinho no Seixal apostou tudo e bem, porque o conseguiu na aquisição, não tem projetos de construção e também está à espera de resposta de adiantamentos muito significativos na ordem das dezenas de milhões de euros.

Ora, nós também temos nem que seja isso, a parte da restituição das aquisições de casas que foram feitas. Isto é um problema que está a preocupar todos os Municípios e a própria Associação Nacional de Municípios, não temos até à data nenhum sinal que nos faça temer qualquer ou desinvestimento, ou falta de empenho do atual Governo em levar avante estas matérias, já somos muito mais críticos na falta de resposta do IHRU, a resposta atempada do IHRU para estas matérias, nós da nossa parte continuamos a fazer o nosso trabalho, mas estamos a chegar ao momento que é crítico e naturalmente, à medida que a situação for evoluindo, irei partilhar aqui com a Assembleia Municipal. Por enquanto continuamos numa situação que é confortável, mas estamos perante grandes incertezas para o ano de 2025.

Outra questão que nos preocupa, também nos foi dado a garantia por parte do atual Governo, que é, eu tenho muito respeito por compromissos eleitorais, mas a questão do IMT jovem é receita municipal. O atual Governo garantiu que os Municípios iriam ser ressarcidos na íntegra da diminuição do IMT Jovem, Almada fez uma participação a esse nível a perguntar dois aspetos: quando é que íamos ser ressarcidos, na esperança que não fosse no final do ano, eu acho que isso é importante, a resposta que o Senhor Ministro nos deu é que os Municípios seriam ressarcidos mensalmente por essa receita que seria coberta pelo Orçamento de Estado, ótimo, ainda bem, esperamos que assim seja, mas também levantamos ou questão que é se havia algum mecanismo de verificação e de garantia de não haver fraude relativamente aquilo que são as verdadeiras aquisições e se não usam jovens para aquisições que na realidade não são para jovens, como é que se garantia justamente, a fiabilidade destas aquisições.

Portanto, são matérias complexas e são matérias que todos temos que ter a consciência que é receita direta dos Municípios.

Tenho que salientar a grande sintonia e articulação de todos os Municípios independentemente das forças partidárias pelas quais foram eleitas as suas presidências e vereações. Portanto, independentemente da cor partidária que dirige, eu acho que é uma preocupação partilhada e nesse sentido a partilho aqui também com esta Assembleia Municipal.”

6.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 19 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 17 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP e 1 abstenção do PAN, através da seguinte:



DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea I), do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2023, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de junho de 2024, que aprovou a proposta n.º 2024-294-DPF.

6.4 – Entrou-se no ponto 3.10 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concessão da Exploração de um posto de abastecimento de combustíveis sito na Avenida Henrique Barbeitos, Parcela 12D do Parque da Paz, Laranjeiro”;

6.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira;

6.4.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta que vos trazemos é uma proposta que naturalmente, tem que vir à Assembleia Municipal, à apreciação do Órgão Fiscalizador, mas já foi votada na Câmara Municipal.

O Município de Almada é proprietário de um prédio urbano designado com parcela 12D, sito na Quinta da Cabeça do Brejo, em Quinta dos Farias, no Laranjeiro, Concelho de Almada.

Em 14 de julho de 2004, entre o Município e a Repsol Portugal, foi celebrado um contrato de concessão tendo por finalidade a instalação e exploração de um posto de abastecimento de combustíveis e em parte da parcela que aqui está identificada, pelo prazo de 20 anos.

A concessão terminará em 14 de julho de 2024 e torna-se naturalmente necessário, desenvolver o procedimento pré-contratual com vista ao estabelecimento de uma nova concessão.

Nesta proposta estão vertidos os pressupostos, os fundamentos, os critérios e as condições para a nova concessão.

O que se pede naturalmente, aos Senhores e Senhoras Deputados Municipais, à semelhança de anteriores procedimentos com finalidade idêntica, é que se possa aqui aprovar a autorização da Assembleia Municipal, para abertura do procedimento pré-contratual e fixação das respetivas condições gerais vertidas na própria proposta. E que se possa considerar a abertura desse mesmo procedimento para o posto de abastecimento que também aqui referi.

Estou disponível para qualquer questão, a proposta está à vossa consideração.”

6.4.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), a Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), a Senhora Vereadora Francisca Parreira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar nota de que a exemplo de outros processos semelhantes a este que já foram submetidos a deliberação desta Assembleia Municipal, a CDU irá votar contra esta proposta, porque considera que não é aceitável. Não defende os interesses do Município e dos almadenses, propor a esta Assembleia Municipal que seja lançado um concurso público, cujo o valor base é inferior ao valor da adjudicação do mesmo bem, realizado há 20 anos atrás. Não tem sentido económico, nem tem sentido racional esta proposta.

Portanto, nós colocamos esta questão em sede própria, na Câmara Municipal, não tivemos resposta, mantem-se exatamente a mesma base para este processo e, portanto, a CDU irá coerentemente votar contra esta proposta.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.4.2.2 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para os devidos esclarecimentos, uma vez que o Senhor Deputado Municipal, de forma que consideramos menos correta, terá feito a referência de que a Câmara Municipal, aquando da aprovação desta proposta naquele órgão, não terá dado as explicações devidas.

Eu quero dizer que, consta da própria proposta, a explicação do racional para o valor e o preço base para a abertura deste procedimento.

Foram tomadas como referência os últimos procedimentos similares de concurso público para a concessão a saber: um contrato celebrado em 2010, um contrato celebrado em 2020, e o racional é e resulta de uma fórmula equilibrada e que está prevista no próprio artigo 17.º do CCP. Aliás, isto já foi objeto de discussão na Câmara Municipal, e nós podemos entender que os Senhores não concordem com este critério, não podem é em momento nenhum, dizer que a Câmara Municipal está a propor a abertura de um procedimento sem critério ou sem explicar qual é o seu critério.

À semelhança dos anteriores procedimentos com finalidade idêntica, propõem-se que haja lugar a um pagamento inicial de 50% do valor total da concessão e o pagamento mensal do restante ao longo do prazo da concessão, para que se verifique a distribuição intergeracional dos respetivos rendimentos. Para efeitos de determinação do preço base do procedimento, dada a dificuldade objetiva em estimar os pressupostos para o efeito, nos termos previstos no artigo 410.º, do Código dos Contratos Públicos, toma-se por analogia o previsto no n.º 7, do artigo 17.º, do CCP, isto é a média do valor das concessões acima identificadas e que referi, para as estações de serviço, ou seja, o valor atualizado com base no coeficiente de desvalorização de moeda.

Portanto, estão aqui os critérios Senhor Deputado Municipal. Pode-se é entender que não concorda com estes critérios, e os Senhores virem aqui dizer porque é que não concordam com estes critérios e formularem critérios distintos que também nunca o disseram nem na Câmara Municipal nem aqui, e, portanto, o mercado concorrencial funcionará naturalmente, e não consideremos que este critério que é um critério claro, objetivo, lese o interesse municipal, bem pelo contrário, salvaguarda nos termos da Lei esse mesmo interesse municipal.”

6.4.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu em primeiro lugar quero agradecer à Senhora Vereadora Francisca Parreira, o facto de ter dado razão à CDU relativamente à contestação a este processo.

Nós nunca dissemos que este processo não tinha critérios, nós dissemos sempre foi que estes critérios não servem para estas situações.

Senhora Vereadora, não é rigoroso, para não utilizar outro termo, que a CDU não tenha apresentado critérios, apresentou. A CDU apresentou inclusivamente uma proposta alternativa, num processo desta natureza, que foi rejeitado pela maioria e tinha lá os critérios alternativos aos critérios que vocês utilizam.

Portanto, a CDU apresentou critérios e foram rejeitados, Portanto, não concorda com os vossos critérios, E é exatamente por não concordar com os critérios que têm utilizado em processos anteriores a este, que nós somos forçados a não concordar com estes. Porque se o cálculo é feito em função de critérios com os quais não concordamos, obviamente não podemos concordar com estes critérios.

Agora, há uma verdade indubitável, basta ler a proposta, é que o valor de adjudicação deste posto de abastecimento há 20 anos atrás, foi superior a base de licitação que a Câmara Municipal neste momento nos está a propor que aprovemos. Este é um dado objetivo, está na proposta o valor adjudicado há 20 anos é superior ao valor que a Câmara Municipal está a propor que nós aprovemos neste momento. Nós não estamos de acordo com isto.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.4.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tendo a necessidade de termos ainda postos de combustível fóssil, devido à dependência que ainda existe perante este material, parece-nos pouco coerente que continuemos a seguir este caminho. Ou seja, a Câmara Municipal aprovou há pouco tempo e trouxe a esta Assembleia Municipal, o alargamento dos postos de carregamento para carros elétricos, no entanto, parece-nos que se existirem bombas de gasolina com carregamentos para carros elétricos, cada vez mais pessoas irão optar para estes veículos e menos pelos combustíveis fósseis. E esse tem que ser o caminho se queremos chegar a 2050 neutros em carbono e não continuar sempre dependentes dos combustíveis fósseis.”

6.4.2.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Já que a CDU pede sempre o mesmo argumento, quero só relembrar e convidar todos aqueles que tiverem paciência e se interessarem por esta matéria, a voltar a rever um debate, porque eu sei que a CDU protestou muito quando lançamos um concurso para uma concessão e assim substituindo uma práticas cujos critérios continuamos sem entender, era quando os postos de abastecimento eram conseguidos apenas com taxa de ocupação de solo sem concurso.”

6.4.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 19 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 14 votos contra 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 4 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea p), do n.º 1 do artigo 25.º anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, autoriza a abertura do procedimento pré-contratual e fixação das respetivas condições gerais, nos termos do programa e o caderno de encargos, destinado à celebração de um contrato de Concessão de Exploração da parcela de terreno com a área de 1.900,00m², parte do prédio urbano designado por Parcela 12-D, sito na Quinta da Cabeça do Brejo ou Quinta das Farias, no Laranjeiro, Concelho de Almada, com a área total de 31.500,00m², descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1665/991015 da freguesia da Cova da Piedade, e inscrito na matriz predial da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó sob o artigo 5426, localizada na Avenida Henrique Barbeitos, destinada a Posto de Abastecimento de Combustíveis, nos precisos termos da deliberação camarária de 6 de maio, que aprovou a proposta n.º 2024-142-DPAT.

6.5 – Entrou-se no ponto 3.11 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Casa em Almada”;

6.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco;

6.5.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta que trazemos à Assembleia Municipal, Programa Casa em Almada, é com muita satisfação que aqui a trazemos, porque como há pouco dizia a Senhora Presidente, estamos bastante focados em dar cumprimento à atual Estratégia Local de Habitação, que assume múltiplas formas, uma dimensão de construção de mais habitação, dimensão de reabilitação do Parque Habitacional Municipal que temos, dimensão de aquisição de habitação, mas também temos de ter programas paralelos à construção, há aquisição, mais habitação e à reabilitação daquela que já temos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Para isso, continuamos com o Regulamento de Atribuição de Habitação a Custos Controlados de Renda Apoiada, o Habit'Almada, e criamos agora, um novo programa que é o Casa em Almada, especificamente dirigido a classes médias e classes médias baixas.

Estamos a falar de famílias que serão abrangidas no âmbito deste programa, que em condições normais de mercado, teriam todas as condições para continuar a assumir a sua renda, mas efetivamente, porque os valores de mercado que estão inflacionados, muitas vezes têm um problema de não conseguir pagar a renda ao final do mês. E, portanto, este programa o que faz é que cria um complemento de apoio à renda. Esse complemento pode ir até 200 euros, tem um mínimo de 12 meses, e pode ser prolongado até 36 meses, e no fundo aquilo que pretende é garantir que essas famílias continuem no mercado, continuem a suportar essa renda e com um prazo dilatado o suficiente para conseguir endireitar e resolver a sua situação pessoal.

Nós estávamos a perceber também, que muitas dessas famílias estavam a vir candidatar-se ao programa de arrendamento apoiado, no qual temos mais de 200 famílias à espera, efetivamente, aquilo que pretendemos é que essas famílias continuem no mercado. Ou seja, isto é mais uma ferramenta para apoiar as famílias, e para dar resposta também aquilo que é o problema que vivemos atualmente, de habitação, que não é exclusivo de Almada, este é um problema comum a todo o país, a toda a Europa, diria até também a todo o mundo ocidental, também nos Estados Unidos e muitos outros países. Portanto, aquilo que precisamos é várias variáveis, várias medidas numa estratégia alargada.

Portanto, é isso que aqui trazemos, que está à discussão e que naturalmente, estou também disponível para qualquer dúvida.”

6.5.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Henrique Alexandre Margarido (PS), João Eduardo Gerales (CDU), o Senhor Vereador Filipe Pacheco e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A habitação é um dos problemas mais complexo na Europa e também em Portugal.

O executivo camarário, mais do que planear e propor, a sua determinação e resiliência é fazer.

Nesse propósito, foram construídos 55 fogos, investimento de 15 milhões de euros, na Quinta da Cameira na Sobreda. Lote A, Lote 453, Quinta da Cameira Sobreda, entre a rua Almerinda Correia e a rua Romeu Correia.

Dois edifícios de 16 fogos, área bruta de construção cerca de 14.610 m². A execução do início dos trabalhos em 10 de maio de 2024.

Vale Linhoso na Sobreda, Lote D, loteamento 493. Um edifício 9 fogos, área bruta de construção total 1578,54 m². Em fase de aprovação do relatório final e adjudicação em reunião do Concelho.

Quinta do Faixo na Caparica, Lote B, loteamento 417, 5 edifícios, 52 fogos, área bruta de construção cerca de 5 mil m². Decorreu a apresentação da proposta até 14 de junho.

Quinta do Pombal Caparica, Lote C, loteamento 459, 3 edifícios, 18 fogos, área bruta de construção cerca de 2219,30 m². Em fase de ortógrado de contrato.

Requalificações de fogos municipais: reabilitação do edifício da rua Febo Moniz, n.º 5 no Laranjeiro, investimento de 1,5 milhões de euros, de fogos 12, em execução o início dos trabalhos em 13 de junho de 2024.

Bairro Municipal Quinta de Santo António, investimento de 8 milhões de euros, 154 fogos, com o projeto em execução até ao final do mandato.

Já lançado concurso público de empreitadas de requalificação e reabilitação de 100 fogos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Habitação municipal no valor de 2,5 milhões de euros, manutenção de habitações com investimento de 3,9 milhões de euros, no Parque Habitacional Municipal desde 2017. Investimento de mais de 1,5 milhões de euros no Parque Habitacional Municipal desde o início de 2021.

Requalificação de 304 habitações municipais, 40 reabilitações integrais, das quais 3 requerem ainda trabalhos finais das coberturas, mais das células de condomínio para habitação transitória.

Reabilitação pelos serviços da Câmara Municipal de 406 pequenas intervenções em habitações municipais desde 2017.

Reabilitação pelos serviços da Câmara Municipal de 87 intervenções em habitações municipais desde o início do presente mandato.

Apoio ao arrendamento, lançada no final de 2023, a medida transitória de apoio ao arrendamento por 6 meses que apoiou no máximo 200 euros mensais, 60 agregados o que representa um total de 49,305 euros.

Na sequência de todo este trabalho, surge o Regulamento de Casa em Almada.

Na sequência do diagnóstico global atualizado das carências habitacionais identificadas no seu território e no âmbito das atribuições e competências do Município ao nível da promoção da habitação, o Município de Almada criou o Regulamento Casa em Almada - Regime de apoio financeiro ao arrendamento da habitação no concelho de Almada, que visa apoiar o arrendamento para habitação permanente na área do concelho, de agregados cujos rendimentos se demonstrem insuficientes para suportar um arrendamento a preços de mercado, podendo dele beneficiar os munícipes com idade igual ou superior a 18 anos à data da submissão da candidatura.

Sob a Proposta n.º 2023-363-DGHM, aprovada em RCMA de dia 07 de agosto de 2023, deu-se início ao procedimento de criação do Regulamento Casa em Almada - Regime de apoio financeiro ao arrendamento da habitação no concelho de Almada.

Em reunião de 22 de janeiro de 2024, a Câmara Municipal de Almada deliberou submeter a consulta pública o projeto de Regulamento, que decorreu entre 4 de março e 15 de abril de 2024 inclusive. Findo este período e não tendo sido recebidos quaisquer contributos, foi o projeto de regulamento aprovado em RC de 6 de maio, submetendo-se agora a sua aprovação da Assembleia Municipal de Almada.

O objetivo do presente programa é dar resposta aquelas famílias que, em condições normais de mercado de arrendamento, conseguiriam por si próprias resolver a sua situação habitacional – assim, não se pretende atribuir uma habitação permanente, mas sim dar condições às famílias para, no prazo de três anos, encontrarem condições para solucionar a sua situação de forma autónoma.

Podem receber apoio os Munícipes com idade igual ou superior a 18 anos que:

- Não possuam habitação na Área Metropolitana de Lisboa (desde que o imóvel seja adequado ao fim habitacional da família);
- Sejam titulares de contrato de arrendamento, contrato-promessa de arrendamento, ou declarem a sua intenção de arrendar uma habitação.

Sobre o apoio financeiro:

- É atribuído pelo período de 12 meses, podendo ser prolongado até 36;
- Para o rendimento das famílias são contabilizados as bolsas e prémios recebidos, já que estas prestações representam, efetivamente, um aumento do rendimento disponível dos agregados;
- As famílias cujo titular tenha idade igual ou inferior a 35 anos recebem uma majoração de 10% no valor do apoio, que pode chegar ao máximo de 220€, ao contrário dos 200€ para as restantes. O objetivo, considerando que as famílias jovens estarão tendencialmente numa fase da vida em que se procuram autonomizar, é criar condições para aumento do seu rendimento disponível;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- O apoio tem o valor mínimo de 65€ mensais e valor máximo de 200€ mensais (exceto para as famílias jovens, cujo valor máximo é de 220€). Considerando a situação de carência habitacional sentida atualmente em Almada, entende-se que um apoio de 200€ é suficiente para permitir alavancar os agregados familiares na procura de habitação, sem limitar significativamente o número de famílias a apoiar;
- O apoio é complementar a outros apoios públicos para fins habitacionais, desde que o valor somado não ultrapasse o valor calculado nas regras do presente regulamento – isto é:
- Caso os outros apoios que a família receba sejam de valor inferior ao que receberia com o apoio municipal, o apoio municipal será a diferença entre os dois – por exemplo, se um agregado tivesse direito a um apoio municipal de 100€ por mês, mas já tiver um outro apoio de 50€ mensais, o Município atribuirá 50€.”

6.5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU irá votar favoravelmente esta proposta, mas quer fazê-lo com inteira segurança, e, portanto, gostaríamos de pedir um esclarecimento ao Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido, relativamente à intervenção que acaba de fazer. Para percebermos exatamente e para quem nos acompanha aqui e em casa, aquilo que o Senhor Deputado municipal aqui nos trouxe, é aquilo que está prometido e previsto, certo? Não foi aquilo que foi já feito. Aquilo está prometido e previsto, estou certo Senhor Deputado Municipal?

6.5.2.3 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma vez que o Partido Socialista não tem tempo, apenas para sublinhar e reafirmar, muito do balanço que foi feito pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido, afirmado não só aquilo que já está feito, aquilo que está a ser feito e aquilo que vai ser feito. Concretamente como foi referido e muito bem, por exemplo, aquilo que está a ser feito, ainda nas últimas semanas, isso foi dito e dito muito bem, começou em obra a reabilitação do edifício da rua Febo Moniz, emparedado há mais de uma década, com um investimento de 1,5 milhões de euros, mais 12 fogos, parque habitacional emparedado que vão poder ser atribuídos a novas famílias, e também como foi referido o início da construção dos 95 fogos, nomeadamente, na Quinta da Caneira e, portanto, o trabalho que está feito, que está a ser feito e que vai ser feito. Penso que foi um bom resumo que aqui reafirmamos e como foi dito, este regulamento, este programa Casa em Almada, é mais uma medida, uma ampla estratégia que tem que ter uma resposta múltipla, sabemos que para a crise da habitação não há uma bala de prata, tem de ser uma resposta múltipla, em diversas vertentes e este programa dirigido às classes médias e classes médias baixas, vem dar mais uma resposta muito importante e ainda bem que contamos com o voto favorável da CDU e certamente de todos os partidos desta Assembleia Municipal.”

6.5.2.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permitam-me só esclarecer. Este regulamento não diz respeito aos arrendamentos em habitação municipal. Este regulamento diz respeito a apoios a arrendamentos no mercado. E, portanto, convém não esquecer.

Este novo mecanismo não vai por si só solucionar as carências habitacionais que existem no Município. Assim como, o esforço público e municipal, que estamos a fazer e que o Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido tão bem detalhou, também só por si não chegam.

Portanto, o que eu acho que é importante salientar, nem vejo onde é que está a confusão, é as várias frentes onde temos que atuar para que uma série de pessoas que estão justamente, no limite e que em muitos casos nem sequer conseguem entrar no mercado de arrendamento, mas também não conseguem fazer parte daqueles que são abrangidos pelo arrendamento apoiado, passam a ter uma nova solução.

Sobre essa matéria quero ainda salientar, que na Estratégia Local de Habitação, também está incluído algo que, é bom não esquecer, o protocolo que foi firmado com o IHRU para a construção total de 3500 fogos dos quais



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

1200 estão em curso e o que será uma novidade em Almada que não tinha um só fogo de arrendamento acessível. E, portanto, este esforço comum e já agora, se me permitem, esse protocolo foi assinado pelo então Ministro, hoje Secretário Geral do PS, chamado Pedro Nuno Santos.”

6.5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não quero arrastar este diálogo porque as votações estão claras, mas clarificar que não há aqui confusão nenhuma Senhora Presidente. Sabemos claramente o que estamos a votar. Quem trouxe aqui a política municipal não fomos nós, foi o Partido Socialista. Portanto, confusão da nossa parte não há.

Mas agradecemos o esclarecimento que o Senhor Vereador Filipe Pacheco aqui nos trouxe., porque ficamos claramente a perceber que ainda não foi construída uma única casa. Pelo menos tem essa vantagem.

Já agora Senhora Presidente, voltando um pouco ao tema que ontem foi aqui abordado, a Estratégia Local de Habitação em Almada inclui também ou não inclui, a solução do problema que ontem foi aqui colocado sobre Penajoia?”

6.5.2.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu penso que fui clara. Na altura do levantamento que começou em 2016, nós não estávamos cá. E Penajoia não estava de facto, incluída. E continua a não estar porque Penajoia é um problema recente, e digo-lhe mais, houve construções junto ao Bairro do Matadouro, que foram demolidas, é verdade.

Portanto, a questão que ontem foi aqui abordada, decorre de uma estratégia onde de facto, as construções que tinha havido no Bairro do Matadouro, nessa altura tinha sido demolido.”

6.5.2.7 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para registar que a Estratégia Local de Habitação de Almada afinal não é uma estratégia, é apenas uma resposta, enfim, sabe-se lá a quê. Porque a Estratégia Local de habitação não inclui a solução de um problema grave que cresceu com esta administração, e a Senhora Presidente diz-nos aqui que a Estratégia Local de Habitação não inclui a resolução desse problema. Registamos com desagrado e com preocupação, mas registamos.”

6.5.2.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Depois o Senhor Deputado Municipal fica ofendido comigo, mas Senhor Deputado, como é que eu lhe ei-de explicar? Leia os textos, e se não entender pergunte.”

6.5.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova a versão final do Projeto de criação do Regulamento Casa em Almada – Regime de apoio financeiro ao arrendamento da habitação no Concelho de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 6 de maio, que aprovou a proposta n.º 2024-204-DGHM.

6.6 – Entrou-se no ponto 3.12 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2.ª Modificativa Objetiva ao Contrato n.º 37/2023 para fornecimento de licenciamento e manutenção de software Microsoft pelo prazo de 3 anos”;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.6.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira;

6.6.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Os Senhores Deputados Municipais, têm à consideração a proposta, com a aprovação desta Modificação Objetiva. Trata-se de adquirir o remanescente das licenças da Microsoft e aquilo que pedimos, é que seja aprovada quer esta Modificação, quer a própria Minuta do Contrato.

Desde o ano de 2023, que foi efetuada uma auditoria por parte da Microsoft ao licenciamento e efetivamente o licenciamento é a utilização versos o licenciamento adquirido, verificou-se que teria uma discrepância. O valor relativo à aquisição do licenciamento em falta é de 148,665,68 euros ao qual acresce o IVA à taxa legal.

Está para vossa consideração.”

6.6.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea c do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos compromissos e pagamentos em atraso das Entidades Públicas) e artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, ambas na sua redação atual, aprova o encargo ora proposto e o reforço da caução previsto na 2.ª Modificação Objetiva ao Contrato n.º 37/2023 para fornecimento de licenciamento e manutenção de software Microsoft pelo prazo de 3 anos, nos precisos termos da deliberação camarária de 6 de maio, que aprovou a proposta n.º 2024-205-DCOMP.

6.7 – Entrou-se no ponto 3.13 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis sito na Avenida 23 de julho, Laranjeiro. Não adjudicação”;

6.7.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira e a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.7.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Trata-se de uma proposta de não adjudicação. A Câmara Municipal de Almada, em reunião de 06 de fevereiro de 2023, aprovou a submissão da abertura de procedimento de concurso público para contratação da concessão de exploração do Posto de Abastecimento de Combustíveis, na Avenida 23 de Julho, no Laranjeiro.

Sujeitou naturalmente, esta proposta à competente autorização da Assembleia Municipal, em 28 de abril de 2023, e deliberou autorizar a abertura do respetivo procedimento pré-contratual e a fixação das respetivas condições gerais nos termos do programa e do caderno de encargos que está naturalmente anexo à proposta.

Considerando que, decorrido o prazo para apresentação de propostas, nenhum candidato se apresentou ao concurso, o que a Câmara Municipal terá naturalmente que aqui deliberar, deliberando como foi e a Assembleia Municipal terá que naturalmente aprova é, a não adjudicação do objeto do procedimento deste concurso público e aqui está a proposta à Assembleia Municipal para a respetiva aprovação, sendo certo que também todas estas propostas já foram a reunião de Câmara.”

6.7.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Já que estamos a falar de uma concessão de exploração de um posto de abastecimento, onde esteve muito tempo a Galp, aqui está, era esta que apenas pagava taxas de ocupação de espaço publico que na realidade não pagava e nunca tinha sido objeto de um concurso público.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, continuamos à espera de alguma explicação que ainda não conseguimos obter, como é que a Galp conseguiu ocupar um espaço como este, explorar um posto de abastecimento sem concurso público, apenas pagando taxas de ocupação de espaço público. Taxas de ocupação de espaço público que segundo a Galp nunca pagou. Portanto, era uma prenda que a administração de Almada decidiu oferecer à Galp. É um grande ato de generosidade.”

6.7.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 80.º do Código dos Contratos Públicos, autoriza a revogação da decisão de celebração de um contrato de Concessão de Exploração do Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na Avenida 23 de Julho, no Laranjeiro, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de maio, que aprovou a proposta n.º 2024-221-DPAT.

6.8 – Entrou-se no ponto 3.14 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria (31 de janeiro de 2022 a 30 de janeiro de 2023)”;

6.8.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.8.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

A presente proposta é simples, os Senhores Deputados Municipais já conhecem bem, fazem parte dos Relatórios de Monitorização da ORU da Trafaria. Passados mais de 5 anos sobre a vigência da ORU, verifica-se no presente relatório uma reflexão sobre a execução da Operação, concluindo-se pela manutenção da estratégia que lhe deu origem. Contudo, considerando os resultados de outras ORU,s do Município e das propostas já submetidas para revisão dos respetivos instrumentos de programação, designadamente, a estratégia da reabilitação urbana, avalia-se a necessidade de dar uma resposta coesa quanto à revisão da estratégia de reabilitação urbana através de uma leitura integrada do território, face ao novo enquadramento legal em matéria de urbanismo e de habitação.

Nesse sentido, a proposta é, no entanto, simples, o que se trata aqui é apenas aprovar os resultados do Relatório de Monitorização e resultados estes que também já foram aprovados em reunião de Câmara Municipal, para poderem ser aqui trazidos agora à Assembleia Municipal.”

6.8.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, (sendo que se encontrava fora da sala a Deputada Municipal Andreia Sofia Egas (CDU)), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização da Operação de Reabilitação Simples da Área de Reabilitação Urbana do Trafaria e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º-A do Decreto-lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto nos precisos termos da deliberação de Câmara de 20 de maio de 2024, que aprovou a proposta n.º 2024-181-DRU.

6.9 – Entrou-se no ponto 3.15 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Não adjudicação do objeto do procedimento por Concurso Público Internacional n.º CS001152023 para Concessão de Uso Privativo do Domínio Público Municipal para a instalação e exploração publicitária de Mobiliário Urbano”;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.9.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.9.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Esta é uma proposta que nos custa trazer, mas que após ponderada avaliação, consideramos que era preferível agir deste modo.

Estamos a falar do grande concurso dos abrigos de autocarros, cujo o valor é contabilizado ao nível do espaço publicitário.

Trata-se de um concurso para uma concessão de longo prazo, 15 anos, com a possibilidade de ser prorrogável por mais 5 anos, por acordo entre as partes com atualização de valores com a contrapartida mínima para o Município no valor de 1.845.000.00€ que seria a pagar ao longo da vigência do contrato, tendo sido o procedimento devidamente publicitado em Diário da República.

Dentro do prazo legal, foram solicitados esclarecimentos que foram prestados. A abertura eletrónica do procedimento ocorreu a 18 de maio de 2023, sendo que na mesma data foi assegurada a publicitação da lista e concorrentes e das propostas apresentadas.

Conforme o Relatório preliminar o Júri propôs a admissão de todas as propostas e a sua ordenação, bem como, a adjudicação do objeto de procedimento para celebração de um contrato de concessão ao concorrente nº 2.

A 26 de julho de 2023, a proposta da decisão do Júri foi colocada em audiência previa de interessados por um período de 5 dias uteis.

Das prenuncias dos interessados, deliberou o Júri, não dar provimento aos argumentos apresentados por dois concorrentes relativamente à exclusão das restantes propostas. A demais e no seguimento do parecer da Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso, deliberou o Júri dar provimento ao aduzido por um outro dos concorrentes que estão identificados na proposta, num âmbito da fórmula de cálculo do fator preço.

Aqui chegados havia duas opções que foram aliás, analisadas pelo próprio Júri. Ou avançar nos termos em que estavam, e certamente isto é um dos procedimentos mais apetecíveis, dos grandes concursos mais apetecíveis a nível nacional, e o risco de pararmos, ficarmos encaalhados numa situação de litigância muito prolongada era grande; ou acolher algumas das dúvidas apresentadas e não havendo outro remédio senão deitar abaixo este concurso através de uma não adjudicação.

O objetivo é claro, é podermos lançar um novo procedimento, com todas as dúvidas devidamente corrigidas e validadas, é um procedimento longo, é um concurso difícil, e que estamos em crer que seria também a fórmula mais célere de podermos ter não só a renovação de todos os nossos abrigos de autocarros, mas um aumento muito significativo na instalação de novos abrigos.”

6.9.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal:

6.9.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

A proposta que estamos a apreciar diz respeito à instalação de mobiliário urbano diverso, mas essencialmente nas paragens de autocarros que servem o Concelho de Almada, para proteção dos utentes destes transportes.

É, digamos assim, a parte que cabe estritamente ao Município num quadro da introdução do novo modelo de gestão dos transportes públicos rodoviários no quadro da Área Metropolitana de Lisboa, um modelo que completa neste próximo mês de julho, dois anos de funcionamento.

Mandaria a racionalidade, que esta mobiliário já estivesse instalado há longo tempo. Sucede, porém, que ainda agora, iremos aprovar a não adjudicação do processo de concessão deste mobiliário.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

As razões para esta situação, respeitam segundo o relatório presente nesta deliberação, a uma contestação aos critérios da concorrência estabelecidos no caderno de encargos, por um dos concorrentes, designadamente, quanto à fórmula de cálculo do fator preço.

Esta realidade justifica a chamada de atenção da CDU, que a CDU quer aqui registar, no sentido de que a Câmara Municipal, assegure as condições e mecanismos indispensáveis, no sentido de prevenir a ocorrência de erros em todos os cadernos de encargos, mas em particular nos cadernos de encargos de investimentos tão importantes quanto este, passíveis de contestação e que determinem a reversão de todo o processo como acontece com o caso presente.”

6.9.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Não está comprovado que seja um erro, não está comprovado que seja a fórmula que esteja com um efetivo erro. Mas há um risco. Havia dois caminhos, e isso está patente no relatório e foi essa a apreciação que o Júri fez. Ou nos arriscávamos a um longuíssimo processo em Sede de tribunal Administrativo, ou então e foi essa a opção que foi tomada pelo Júri, fazia-se de imediato uma clarificação para lançar novo concurso. A apreciação que foi feita é que seria a fórmula mais rápida.

Eu bem sei que a CDU como eu disse na proposta anterior, não gosta muito de concursos públicos e até acha que pode haver ingerência política nos mesmos. Mas não é o caso Senhor Deputado Municipal.

E como sabe, eu lembro, que o concurso dos abrigos em Lisboa, demorou 10 anos em Tribunal. Portanto, qualquer autarca, qualquer gestor público, sabe qual é que é o risco e as hipóteses de contestação são sempre inúmeras, porque as interpretações jurídicas também são sempre inúmeras. Portanto, o melhor, e foi essa que nós acatamos, a sugestão para evitar longuíssimos e infinitos anos de debate sobre interpretações de redações. Então para isso vamos corrigir de imediato e clarificar de imediato, na esperança de diminuir qualquer hipótese de litigância.

Mas, também digo, há muita litigância de má fé, e isso torna-se um real problema para a gestão pública. Por mais que a gente tente ter os cadernos de encargos e os procedimentos de concurso os mais claros, transparentes, publicados em todos os sites, uma coisa lhe garanto, nunca estaremos ao abrigo de uma litigância de má fé, nunca. A CDU que acha que tem a verdade imbuída pelas suas convicções políticas, embora a história demonstre sucessivamente que não o tem, aqui também acha que se pode aplicar ao direito e nestes procedimentos complicados, uma verdade absoluta. Não existem. Existe sim, uma avaliação cuidadosa, para diminuir ao máximo o risco de litigâncias e o risco de arrastamento de procedimentos que são urgentes, como disse o Senhor Deputado e bem, para o bem-estar das populações.”

6.9.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Senhora Presidente da Câmara, insiste em fazer declarações gratuitas e afirmações falaciosas e acusou a CDU de não gostar de concursos públicos. A CDU não gosta nem deixa de gostar de concursos públicos, a CDU cumpre a Lei como sempre cumpriu. E a Senhora Presidente da Câmara não pode ter este tipo de atitudes, a Senhora Presidente da Câmara não pode porque a história está aí. A CDU foi poder neste Concelho durante muitos anos, e sempre cumpriu a Lei estritamente, sempre cumpriu a Lei estritamente. Eu não sei se poderei dizer o mesmo relativamente ao Partido Socialista na gestão desta Câmara Municipal, mas a CDU cumpriu estritamente a Lei em todas as circunstâncias.

Nós colocamos aqui uma questão da forma mais séria que entendíamos que devíamos colocar, a Senhora Presidente achou que era uma coisa irrelevante e entendeu voltar fazer aqui afirmações perfeitamente gratuitas, que não têm nem cabimento, nem um mínimo sentido, não têm a mínima adesão à realidade, enfim, é o delírio da Senhora Presidente, habitual, Já nos habituou a este tipo de situações quando não tem respostas concretas para dar aos cidadãos de Almada, opta por este tipo de intervenção, nós lamentamos, mas é o que temos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.9.2.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Senhor Presidente, eu gostaria que o Senhor Deputado se retratasse relativamente à expressão “delírio”, não costume delirar, espero um dia delirar de alegria, mas não é certamente o Senhor Deputado que irá provocar em mim um delírio de alegria. Portanto, agradecia que retirasse essa expressão.”

6.9.2.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Senhor Presidente, é com todo o prazer que eu retiro a palavra “delírio”, mas substitua-a por “efabulação”.”

6.9.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Eu apesar de ter achado estes minutos caricatos e com muita piada, acho que nos estamos a esquecer todos do principal.

Os munícipes de Almada vão estar mais alguns anos à chuva, depois de dois anos de um processo atribulado, cheio de problemas no arranque deste novo modelo de transportes em Almada, dois anos em que efetivamente, é um concurso público complicado, mas pergunto da mesma forma: só agora é que descobriram que era complicado? Não podiam inicialmente ter tido as salvaguardas necessárias? É porque a realidade é que os nossos munícipes estão há dois anos à espera dos abrigos nas paragens, e quando é que vão ter os abrigos? Quando é que a situação fica resolvida? Este debate e estas guerras entre a CDU e o PS, são giras, fazem um momento caricato de Assembleia, mas o importante é os munícipes que estão lá fora e que usam os transportes públicos.”

6.9.2.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes do CHEGA, que é estreante nestas lides, não Senhor Deputado, não é possível prever que tipo de contestação os concorrentes vão apresentar. Sejam Lícidas ou menos Lícidas, sejam de boa ou de má fé, não é possível prever até ao último detalhe a questão e volto a dizer, até poderíamos ter ganho de causa, aqui o que se está a fazer é tentar justamente, ter a garantia de que não ficamos presos num procedimento que durará por tempo indefinido.”

6.9.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea k), do n.º 2 do artigo 25.º anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 80.º do Código dos Contratos Públicos, aprova o relatório final do Concurso Público n.º CS001152023 e a não adjudicação do objeto do procedimento para a celebração de um contrato de concessão do uso privativo do Domínio Público Municipal para instalação e exploração publicitária de mobiliário urbano, e concomitante revogação da decisão de contratar, nos precisos termos da deliberação camarária de 3 de junho, que aprovou a proposta nº 2024-194-DEDL.

6.10 – Entrou-se no ponto 3.16 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada”;

6.10.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco e a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.10.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Esta proposta de Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, nós frequentemente a discutimos aqui, assuntos que são urgentes, que são da ordem do dia, e depois também, há assuntos que não sendo urgentes ou da ordem do dia, assumem uma dimensão de importância na vida do nosso Concelho.

E este é um desses assuntos. A regulamentação municipal seja de numeração de polícia, seja de toponímia, que está em vigor, data de uma de 1956, e outra de 1983.

Certamente desde a entrada em vigor desses regulamentos, muito evoluiu até aquilo que são não só legislação, mas um conjunto de tecnologias que dão suporte hoje em dia à análise daquilo que é a gestão municipal muito evoluiu, e necessariamente, não só precisamos de atualizar aquilo que é a regulamentação, por via de alteração legislativa, adaptar também aquilo que foi a evolução tecnológica e os novos meios de gestão de território nestas áreas, e também certamente junção num único documento aqui de duas áreas que estavam em documentações diferentes, que era a toponímia e a numeração de polícia.

Nós frequentemente, discutimos aqui quase sempre quando o consenso, aprovação de votos de louvor, de pesar, de reconhecimento, seja até na atribuição de medalhas, de muitos daqueles que de alguma forma marcam a vida do Concelho, também na toponímia nós temos uma dimensão de reconhecimento daquilo que é a nossa cultura, a nossa história, o nosso passado, a nossa vivência no Concelho. E é precisamente isso que nós procuramos aqui reconhecer e trazer este documento, que é, atualizar, reforçar todos os mecanismos que o Concelho tem para atribuição de topónimos, atualizando e daria aqui vários exemplos, mas também destacar o seguinte: no processo de criação deste regulamento, que já teve o período de consulta pública, que foi aliás, participada, fizemos questão de fazer ma reunião, diga-se também produtiva e aproveitamos para agradecer, uma reunião com todos os partidos políticos representados na Câmara Municipal, para precisamente, recolher contributos, fazer uma análise, chegar a consensos e tentar ter um documento o mais abrangente de todas as sensibilidades possíveis.

Respeitar o passado, reconhecer aquilo que é o presente e que é a vivência do Concelho, e também projetar aquilo que pode ser com base nesse passado, o futuro que todos coletivamente queremos construir, E é também por isso que, temos várias alterações e eu destacaria a criação de uma comissão de toponímia, ou seja, abrindo à sociedade civil e também a dimensão técnica de conhecimento nesta área para trazer contributos que possam ajudar à decisão que é sempre da Câmara Municipal, também trazer questões por exemplo, de equilíbrio de género, hoje em dia sabemos que a maioria dos topónimos nas Cidades, nos Concelhos, são de género masculino, precisamos de equilíbrio de género, todas essas dimensões são trazidos também por este regulamento.

Portanto, aquilo que pretendemos, é ter um regulamento mais atual e certamente mais respeitador daquilo que é não só a história que temos, mas também o futuro que queremos construir.”

6.10.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Também para fazer aqui uma ligeira contextualização.

Até agora, a competência para a atribuição de nomes de toponímia, ou seja, nomes de ruas, praças, avenidas, praças, era da exclusiva competência do ou da Presidente da Câmara.

Eu devo dizer que este regulamento corresponde às melhores práticas que têm sido instituídas em vários Municípios numa clara modernização e num reforço daquilo que é a participação de todos. Isto porquê? Porque nós sabemos que o nome de uma praça, de uma avenida, de um largo, é algo que deve ser reconhecido pela comunidade porque é algo de identitário, não apenas uma morada que alguém vai passar a ter, é em muitos casos, um reconhecimento que a comunidade no seu todo dá a uma figura.

Foi nesse sentido que se iniciou este processo de revisão e eu agora não estou aqui a falar dos números de polícia, da numeração de polícia do município que é uma coisa mais complexa e mais técnica, onde eu penso aliás, a comissão pouco ou nada terá a dizer, mas importa ter um regulamento atualizado porque temos algumas



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

situações complicadas como pessoas que tem a mesma numeração, na mesma rua o que causa grande transtorno aos munícipes, mas eu aqui estou-me só a focar até à parte simbólica que é esta atribuição.

Desde que que cheguei esta questão é muito falada, sabemos que tem havido aprovações sucessivas de recomendações da Assembleia Municipal que é isso mesmo, e por isso é que este regulamento o que pretende é trazer não apenas a comunidade a propor ela própria, já entra num processo que é reconhecido e transparente por todos, aliás, isto ainda vai a consulta pública, mas que também , a sua aprovação possa ser um objeto não apenas em Câmara Municipal, mas que possa ser um objeto da participação mais alargada possível. Eu não enjeito nenhuns poderes, mas acho sinceramente, que é muito mais democrático, aberto e transparente, esta proposta que aqui trazemos, com a criação de uma comissão que à semelhança das melhores práticas dos Município Portugueses, quase, na sua totalidade e este regulamento que é aqui apresentado, reproduz justamente essas melhores práticas:"

6.10.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Gerales (CDU), Daniel Alexandre Silva (PS), Ana Margarida Lourenço (PS), o Senhor Vereador Filipe Pacheco e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.10.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

A CDU entendeu carrear para o processo da discussão pública desta proposta de regulamento municipal, num amplo conjunto de contributos e propostas de alteração ao articulado inicial, por considerar desadequadas algumas das previsões contidas no texto da proposta de regulamento.

Esses contributos não foram no essencial aceites por quem geriu este processo.

A proposta como nos é hoje presente, encerra na opinião da CDU, um amplo conjunto de problemas que justificam a nossa posição e o conseqüente voto contra a proposta apresentada.

Neste quadro, referimos duas questões que para nós são centrais no regulamento e por isso essenciais na sua aplicação e que merecem o desacordo da parte da CDU.

Na reunião a que o Senhor Vereador Filipe Pacheco aqui aludiu, a CDU propôs que não existisse uma comissão municipal de toponímia.

A proposta da CDU não foi aceite e a CDU entendeu contribuir então, para que a comissão tivesse a composição mais correta possível face à sua existência.

E a primeira questão prende-se precisamente com o facto da regulação proposta para questões tão sensíveis como a determinação de nomes dos arruamentos do Concelho, como aqui o Senhor Vereador Filipe Pacheco também já reconheceu, excluir os Presidentes das Juntas de Freguesia, da comissão criada para efeito de aconselhamento da Câmara Municipal nesta matéria. Exceto, no caso, em que esteja em causa um topónimo da área da Freguesia a que presidem.

Não compreendemos, muito menos aceitamos, que os Presidentes das Juntas de Freguesia apenas integrem a comissão se estiverem em causa a atribuição de um topónimo da área geográfica a que presidem.

Por analogia, se o Presidente da Assembleia Municipal ou outro eleito em sua substituição votado pela Assembleia Municipal, tem assente permanente nesta comissão, porque razão os Presidentes das Juntas de Freguesia não hão-de ter, todos eles, também assente permanente nesta comissão.

A segunda questão, prende-se com o facto de o regulamento prever a possibilidade de alteração dos topónimos existentes, pela via referendária ou peticionária dos residentes numa determinada área do território. Ainda que o texto final que nos é presente, tenha melhorado esta questão relativamente à versão inicial do texto, não encontramos nenhuma justificação para esta previsão, que verdadeiramente não corresponde a qualquer forma de participação ativa das populações na gestão do interesse público, e poderá abrir um precedente grave no que respeita à adoção de medidas de carácter claramente populista na gestão da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Neste quadro, a CDU irá votar contra esta proposta de regulamento municipal.”

6.10.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Sobre este ponto da toponímia, é muito importante frisar aquilo que foi vários vetores de intervenção nesta proposta que nos chega hoje.

Desde logo, em primeiro lugar, a questão da participação, depois também a questão do respeito, do respeito pela história e a questão da ordem e por fim renovação.

Começando pela participação é muito importante ressaltar desde já a envolvimento de todos. Houve sugestões de vários partidos, de várias entidades, de vários cidadãos, que foram consideradas para esta decisão e para esta proposta que aqui nos chega hoje, e também é errado dizer que os Presidentes de Junta de Freguesia não têm participação nesta matéria, uma vez que decidem sobre aquilo que é as decisões sobre a sua área de intervenção.

Naturalmente, que, a decisão ser partilhada por um conjunto, é sempre uma decisão melhor do que aquela que antigamente existia de um Presidente de Câmara ou uma Presidente decidisse apenas essa decisão. Mas quero dizer também o seguinte: consideramos que o respeito pela história é importante, o respeito pela luta, o respeito por aqueles que fizeram também a luta pela liberdade e de figuras de mérito. E é importante que essa história também seja preservada.

Adicionalmente, dizer também o seguinte quanto à ordem. Sabemos bem que Almada sofre, sofre bastante com desorganização naquilo que diz respeito à ordem da numeração de várias ruas. Portanto, também é preciso pôr ordem na casa no que a esta matéria diz respeito e, não existirem confusões e não haver também depois aquilo que é a correspondência trocada e muitas outras problemáticas associadas a esta desorganização.

Naturalmente, que a ordem é isto que vem também aqui subjacente a este caminho da toponímia e também aquilo que é a renovação porque, também aqui o equilíbrio de género é muito importante ser tido em conta, fator que nunca tinha sido considerado para estes processos e que naturalmente os novos tempos não se coadunam com essas práticas do passado que não fazem sentido algum.”

6.10.2.3 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Senhor Deputado Municipal João Galdes, a CDU tem evidentemente todo o direito de discordar e de o fazer por motivação ideológica, de sentido, seja o que for. Agora, referir que não foram acolhidos contributos e que na gestão deste processo não houve uma postura de acolhimento das mais diversas sensibilidades, houve. O próprio relatório da consulta pública prova isso mesmo e desmente aquilo que foi dito. E aliás, vários exemplos disso, é que a CDU discorda da existência de uma comissão de toponímia, mas sugeriu alterações à sua composição, alterações essas que foram acolhidas. Algumas foram, designadamente até na formulação do representante da Assembleia Municipal, até estou a referir de cor um dos vários exemplos que foram acolhidos.

Relativamente aos Presidentes de Junta. É falso que os Presidentes de Junta estejam excluídos, é precisamente o inverso, os Presidentes de Junta estão incluídos, aliás, em dupla dimensão, uma delas até resulta da Lei.

Em primeiro lugar, os Presidentes de Junta de Freguesia em qualquer atribuição de topónimo, dão parecer e isso também está vertido no regulamento.

Segunda dimensão mais do que darem parecer, estão presentes, integram a comissão de toponímia, evidentemente, no território do qual são Presidentes de Junta de Freguesia. Parece-me claro. E esse equilíbrio resultou também dos vários contributos, porque tal, como a CDU fez contributos a dizer que achar que os Presidentes de Junta de Freguesia tinham que estar na comissão de toponímia e intervir sobre todo o território, houve forças políticas que deram contributos em sentido inverso. E, portanto, aquilo que existiu foi um máximo



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de vontades, um equilíbrio, garantindo um documento consensual, ou que achamos que pudesse ser consensual.

Depois por último, dizer, que a preservação da história e dos topónimos foi precisamente garantida. E é mais um dos aspetos que foi garantido também com o contributo da CDU. E, portanto, certamente que a CDU terá argumentos, certamente validos, certamente os seus, mas não o argumento de que este regulamento não foi construído com uma postura de procurar consenso e de integrar contributos de todas as forças políticas aqui representadas e representadas na Câmara Municipal.”

6.10.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

A CDU tem que lamentar mais uma vez, que a Câmara Municipal não ouça aquilo que é dito. Não quero reler a minha intervenção toda, mas vou reler uma parte. O que nós dizemos é que estes contributos e estou-me a referir aos contributos da CDU, não foram no essencial, aceites por quem geriu este processo, no essencial. Não disse que não houve contributos aceites, houve contributos aceites, no essencial não foram.

Como não disse que os Presidentes de Junta são excluídos no processo, não disse. O que eu disse é que não são considerados em permanência. E não entendemos é como é que os Presidentes de Junta não considerados como membros permanentes da comissão, quando o Presidente da Assembleia Municipal o quem for eleito por esta Assembleia Municipal para representar esta Assembleia Municipal, está em permanência na comissão. Entendemos, que os Presidentes de Junta que são eleitos diretamente pela população, têm de fazer parte desta comissão.

E o facto de nós não concordarmos com a existência de uma comissão, não nos impede de dar contributos para que essa comissão seja a melhor possível. E nós demos um contributo que também não foi aceite relativamente a esta comissão. Nós não entendemos e vai ser difícil explicar, como é que esta comissão que é de aconselhamento político da Câmara Municipal, tem representantes da estrutura de serviços, três representantes da estrutura de serviços, alguns deles com responsabilidades de execução das deliberações que a Câmara Municipal vai tomar em matéria de toponímia. Nós propusemos que os representantes da estrutura de serviços da Câmara Municipal, não integrassem a Comissão e isto não foi aceite, estavam lá três representantes de três departamentos da Câmara Municipal. E não entendemos como é que representantes de serviços que vão executar as decisões políticas que a Câmara Municipal vai tomar, podem fazer parte de uma comissão de aconselhamento político da Câmara Municipal.”

6.10.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Só para muito rapidamente, porque acho que é importante que não exista aqui alguma confusão sobre os diversos níveis de órgãos autárquicos existentes no Concelho. Eu acho que todos os que aqui estão sabem isto de cor, aqueles que nos ouvem também sempre que são chamados de quatro em quatro anos têm consciência que votam especificamente três órgãos, Câmara Municipal, Assembleia de Freguesia, Assembleia Municipal. Todos os cidadãos das cinco Freguesias e Uniões de Freguesias votam para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal, motivo pelo qual o representante da Assembleia Municipal está presente na Comissão em toda a sua amplitude. Os Presidentes de Junta de Freguesia, que é eleito o primeiro, o que encabeça a lista do partido mais votado, naquilo que diz respeito ao território exclusivo de uma Freguesia, é eleito por essa Freguesia. Ora, não fará e para a CDU ao que parece faz sentido, para outros partidos nomeadamente, para o Partido Socialista não faz sentido, que um eleito que é o máximo representante de uma determinada Freguesia, vá tomar decisões ou poder dar opiniões, sobre aquilo que é a toponímia de uma outra Freguesia. E isto é perceptível. Aquela pessoa foi eleita pelos cidadãos daquela Freguesia e é àquela Freguesia que a sua ação deve ser restrita em princípio.

Portanto, mais do que isso, é a subversão daquilo que é o ordenamento do território no que diz respeito às autarquias locais. Eu peço desculpa, aceito a posição da CDU, mas que tenta efetivamente subverter a forma



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

como o nosso território está organizado e a forma como o nosso território está organizado, está exatamente espelhado naquilo que são os órgãos autárquicas representados nesta comissão, e a matéria sobre a qual se podem pronunciar. Aqueles que foram eleitos exclusivamente numa Freguesia ao que diz respeito a uma Freguesia ou Uniões de Freguesia, aqueles que foram eleitos por todos os cidadãos de todo o Concelho, que podem se pronunciar e devem, sobre os assuntos respeitantes a todo o Concelho.”

6.10.2.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Eu também vou ser breve. Vou voltar a explicar, um procedimento que existe como foi dito, o regulamento é de 1983, portanto, parto do princípio que a CDU conhece bem.

Relativamente à presença dos serviços, eu não sei se a CDU pensava ou pensa, que é o Presidente sozinho, no seu gabinete, que faz a proposta e que formula o texto e que prepara o despacho final de atribuição. Não. Eu vou esclarecer os Senhores Deputados da CDU. São os serviços que obviamente, não só acolhem as sugestões, não só fazem os estudos históricos das sugestões, não só fazem os pareceres ao nível do planeamento para perceber se faz sentido essa proposta, e que preparam toda a informação fundamentada, que é apresentada ao Presidente da Câmara, que aceita ou não aceita. Não é o eleito naturalmente, que toma a decisão política, mas que faz essa fundamentação. Parece-me bastante lógico. Aqui em Almada, como nas melhores práticas de quase todos os Municípios, que na Comissão haja elementos que são técnicos e que fundamentam uma proposta. Quem é que aprova no final a proposta? A Câmara Municipal, e, portanto, não há confusão alguma, entre aquilo que é o parecer de uma comissão e a decisão política final. Essa confusão não existe. Só existe na cabeça, pelos vistos, de alguns Deputados, estou em crer que são alguns Deputados da CDU, afim de ser contra qualquer alteração.

Eu quero deixar claro, os serviços continuarão a fazer o seu trabalho com rigor, com profissionalismo e com a isenção como sempre fizeram. Mas agora, provavelmente de uma forma mais célere e mais articulada. Portanto, a demora que todos nós conhecemos em que pareceres andam de serviço em serviço, passam a ser trabalhados num seio desde um grupo de trabalho que é de facto, esta comissão e estão lá justamente, para em articulação com os outros membros designados trazer a sua sabedoria, o seu profissionalismo e a sua isenção.

Permita-me só dar uma nota porque não pretendo intervir mais nesta matéria.

Eu imagino que quando há novos regulamentos e comissões isto possa provocar um grande entusiasmo e quero deixar aqui um aviso.

Alterar nomes de toponímia de uma rua, de uma praça, levanta imensos constrangimentos aos habitantes desse território. Portanto, por isso é que o regulamento estabelece números mínimos de assinaturas para poder vir a ser considerado. E também para evitar qualquer tentativa emocional ou populista, também se estabeleceu alguma regra que é: normalmente, pessoas desaparecidas há que dar um tempo antes que o seu nome possa ser atribuído a uma rua, a uma praça, ou seja, possa ser objeto dessa atribuição.

Também está prevista alguma exceção desde que devidamente fundamentada. Que seja inquestionável.

Portanto, eram estas duas noções. Eu acho que todos os membros, todos os eleitos, todos os membros da comissão e todos aqueles que propõem a alteração e não estou a dizer que essas propostas de alteração não venham a ser consideradas, mas devem ter a consciência que a sua decisão acarreta grandes constrangimentos para todos os que moram naquela zona. E por isso, também devem ser tidas em conta, daí a importância também, dos Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia, que são aqueles que melhor sentem o sentimento local relativamente a uma designação, a um nome a uma toponímia na qual eu estou certa as populações se querem rever e orgulhar, pelo nome que têm nas suas ruas, assim como já o fazem sobre tudo honrando o seu passado.”

6.10.2.7 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Nós não temos nada contra os serviços apoiarem o trabalho da Comissão, mas os serviços apoiarem o trabalho da Comissão é uma coisa, participarem na comissão em termos de decisão ao lado da Presidente da Câmara, é uma coisa completamente diferente.

Mas essa não é a questão central para nós. Eu pedi a palavra apenas para esclarecer a Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, que ela tem que ler melhor a Lei. É porque se há entidade que não é eleita diretamente pelos cidadãos, é exatamente o Presidente da Assembleia Municipal. Os Presidentes de Junta são eleitos diretamente pela população, é o cabeça de lista da lista mais votada que é eleito Presidente da Junta de Freguesia. O Presidente da Assembleia Municipal não é o cabeça de lista da lista mais votada. A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, quis justificar que os Presidentes de Junta não tinham legitimidade para participar na comissão, porque não eram eleitos diretamente. Se há entidade presente neste regulamento que não é eleita diretamente, é o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. É eleito pelos seus pares na Primeira Sessão de instalação da Assembleia Municipal. Não é eleito diretamente. Pode inclusivamente não ser o cabeça de lista da lista mais votada a ser eleito como Presidente da Assembleia Municipal e, portanto, se se colocam questões de legitimidade relativamente aos Presidentes das Juntas de Freguesia, por maioria de razão, colocam-se problemas de legitimidade relativamente ao Presidente da Assembleia Municipal. E nós não contestamos, o que nós dizemos, é por razões de equidade, os Presidentes das Juntas de Freguesia deviam fazer parte permanente da comissão de toponímia. Nós não distinguimos os Presidentes das Juntas.”

6.10.2.8 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Só para esclarecer, certamente foi falha de comunicação da minha parte, porque obviamente o entendimento daquela parte está sempre correta.

Mas para que fique bem claro. Eu não falei de Presidente da Assembleia Municipal, o que eu falei foi de órgãos eleitos, o Órgão Assembleia Municipal, independentemente do seu Presidente ser eleito diretamente ou não, é um órgão que é eleito por todos os cidadãos do Concelho. Portanto, o seu Presidente ou o membro desta Assembleia que for designado para esta comissão, tem por direito próprio, porque a sua constituição foi feita desta forma, tem por direito próprio intervir sobre todo o território do Concelho de Almada. Os Presidentes de Junta que são eleitos diretamente, como eu própria referi, é o cabeça de lista do partido mais votado naquela Freguesia, mas é só naquela Freguesia. Portanto, a sua ação deverá cingir-se aquilo que é o território daquela Freguesia.

O Presidente de Junta, terá sempre assente nesta comissão, quando estiverem em debate, matérias do território sobre o qual ele é Presidente e que é a sua competência gerir.

Agora, nós podemos discordar e claramente discordamos, agora, aquilo que eu não quero, é que se diga que o Presidente é eleito diretamente e por isso é que tem que estar e o outro não é e por isso não tem que estar. Não tem a ver com isso, tem a ver com os territórios sobre o qual cada órgão deve exercer a sua atividade.”

6.10.2.9 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Apenas para adicionar à explicação da Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço, que resumiu o essencial. Mas, a grande questão que aqui tratamos é uma diferença muito simples, e aqui procura ser confundida. É a diferença entre Município e Concelho. A Freguesia e o Concelho são figuras jurídicas de base territorial, os Municípios são subdivisões administrativas. E há dois Órgãos que representam o Município, é a Câmara Municipal, poder executivo e a Assembleia Municipal Deliberativo. E são esses dois Órgãos que estão presentes na comissão de toponímia municipal. É simples. Muitas vezes procura-se confundir o que não é confundível.

Por último, terminar com a questão da decisão. É falso que a decisão cabe à comissão de toponímia, a comissão de toponímia coadjuva, a decisão é e agora sim, da Câmara Municipal. O que era até aqui da Presidente de Câmara, e que é transferido para a Câmara Municipal de forma muito mais democrática e representativa.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.10.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 20 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN; 17 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova o Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 3 de junho, que aprovou a proposta n.º 2024-260-DTIC.

6.11 – Entrou-se no ponto 3.17 da ordem de trabalhos relativo à Eleição do Representante da Assembleia Municipal de Almada na Comissão do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada”;

6.11.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almada:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Este Regulamento estabelece na sua alínea d) a eleição de uma personalidade de relevo com conhecimento da história do Concelho escolhida pela Assembleia Municipal de Almada. Sobre esta personalidade a Mesa não registou nenhuma candidatura, faremos uma nova tentativa na próxima Assembleia Municipal.

Relativamente à eleição do ponto b), nós procederemos à designação de um Deputado Municipal que representará a Assembleia Municipal, e chegou à Mesa uma candidatura propondo do Senhor Deputado Municipal José Joaquim Leitão, subscrita pela Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, pela Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos e pelo Senhor Deputado Municipal António Salgueiro.”

6.11.2 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.11.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para esclarecer que, levaremos também a reunião de Câmara, a designação a duas outras personalidades de merecido mérito, que são indicadas pelo Presidente e depois deverão ser aprovadas em reunião de Câmara.

Só para dizer que relativamente à alínea d) confesso que também estávamos a aguardar aquela que seria a decisão da Assembleia Municipal, mas é irrelevante, e, portanto, pode ocorrer de uma forma posterior e naturalmente, daremos a conhecer assim que forem aprovados os outros dois nomes que também fazem parte desta Comissão.”

6.11.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação por voto secreto, tendo sido aprovada com 21 votos a favor, 7 votos brancos, 9 votos nulos, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada elege como representante na Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada, nos termos da alínea b), do artigo 6.º, do Regulamento Municipal de Toponímia:

Representante efetivo: Deputado Municipal

José Joaquim Machado Courinha Leitão



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.12 – Entrou-se no ponto 3.18 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Júri de recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada - Designação e alteração de membros anteriormente designados”;

6.12.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira;

6.12.1.1 – A Senhora Vereadora maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Esta proposta já aqui foi submetida, e prende-se com a constituição dos Júris para recrutamento dos cargos de dirigentes do Município de Almada.

A proposta que está convosco, incorpora um segundo grupo tendo em conta que já foi aprovado já um primeiro grupo de 37 Júris que envolvem 185 pessoas, e este segundo grupo são 33 Júris que envolvem 165 pessoas todos eles com representação de outros Municípios.

Está já proposta em agendamento para reunião de Câmara, os 27 Júris finais que encerram o universo dos júris necessários para que os concursos possam ser abertos.

Há par além deste grupo de 33 que aqui está para aprovação, houve necessidade de fazer a substituição, porque houve a cessação de funções de um dirigente que teve que ser substituído, fazia parte dos Júris e como era dos Recursos Humanos, integravam uma grande quantidade de júris, e, portanto, tem que ser feita a sua substituição.

Estão em anexo da proposta os Júris que vão ser aprovados e aqueles cuja aprovação pedimos para a sua correção no sentido de serem substituído os dirigentes que, entretanto, secaram funções.

Portanto e de uma forma muito breve, aquilo que aqui vos propomos é submeter à deliberação da Assembleia Municipal a aprovação da composição dos Júris de recrutamento todos cargos de direção intermédia constantes do anexo a esta proposta e submeter também à deliberação da Assembleia Municipal, a aprovação da alteração dos júris de recrutamento dos cargos de direção intermédia, constantes do anexo 2 da presente proposta, por substituição de dirigentes que cessaram as suas funções.”

6.12.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação por voto secreto, tendo sido aprovada com 20 votos a favor, 16 votos brancos, 1 voto nulo, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

Nos termos do artigo 13.º n.º 1 da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, a Assembleia Municipal de Almada aprova a composição dos Júris de recrutamento dos cargos de direção intermédia e a alteração dos Júris de recrutamento dos cargos de direção intermédia, nos precisos termos da deliberação camarária de 3 de junho, que aprovou a proposta nº 2024-279-DGRH.

6.13 – Entrou-se no ponto 3.19 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento do Autoconsumo Coletivo – Núcleo de Energia Renovável dos 3VALES”;

6.13.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.13.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Eu tentarei ser breve relativamente à apresentação desta proposta, porque parte dela provavelmente também já conhecem.

Nós estamos graças aliás, a uma candidatura que foi apresentada, a criar a primeira comunidade de energia de Almada. Com a instalação de painéis solares, já tinha havida uma pequena colocação de painéis, mas até eram mais térmicos, e agora sim, painéis fotovoltaicos que podem permitir a produção de energia, mas também num



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

projeto que é mais amplo, que envolve não só uma grande área de imóveis de habitação municipal, mas também alguns equipamentos como as escolas e envolventes.

Importa lembrar que a primeira fase dessa obra já foi colocada, mas para que este sistema de produção de energia que vai objetivamente, baixar os custos das faturas energéticas dos moradores daquelas habitações municipais e toda a energia que não seja gasta é depositada na rede, embora como eu digo, o projeto é alargar à comunidade e que possa haver aqui um equilíbrio entre necessidades de edifícios muito consumidores como é uma escola e edifícios menos consumidores a título individual, como é um edifício habitacional, o seu todo será muito consumidor, mas estamos a falar a título individual, é evidente que a fatura de energia em concreto vai baixar.

Mas que isso possa funcionar, é preciso a criação de um regulamento, não só porque tem um efeito externo, mas sobretudo, como também faz parte integrante da candidatura. Já estando a primeira fase da obra concluída, importa agora fechar esta nova etapa com a criação deste regulamento.

De uma maneira muito breve, eu acho que não faz sentido estar aqui a lembrar as normas do regulamento que são relativamente simples, quero só dar nota, que também no regulamento se prevê, naturalmente com satisfação, mas é esse o princípio base, é que a fatura de energia baixe, mas também é estabelecido um teto para que o facto dos custos da energia baixarem, não incita a outro tipo de procedimentos que é um excesso de gasto de energia. Portanto, o que se pretende deste regulamento, que é obrigatório e que aliás, é um regulamento tipo para as várias comunidades de energia. Ele em Almada é a nossa primeira, mas é um regulamento típico para as várias comunidades de energia, aqui em Almada é a nossa primeira, mas é um regulamento tipo para esta nova forma de produção, de distribuição e consumo de energia, há essa obrigação, mas há esse cuidado muito especial que é o objetivo primeiro, baixar os custos da energia sobretudo, para as populações mais carenciadas obviamente.

Segundo ponto, garantir também que se incita apesar disso, a uma moderação dos gastos de energia, ninguém ficará sem energia, mas, depois é da sua responsabilidade e pagará consoante o seu consumo como qualquer outra pessoa.

Estamos em crer que isto vai ter efeitos muito, muito rápidos para todos, as pessoas vão sentir muito esta baixa dos custos da energia e naturalmente, é mais um passo naquele que é outro projeto estruturante que é tornar o nosso Município cada vez mais verde e sustentável.

Este caminho faz-se caminhando, passo a passo, é mais um passo que estamos a dar.”

6.13.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova o Projeto de Regulamento do Autoconsumo Coletivo – Núcleo de Energia Renovável dos 3VALES, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de junho de 2024, que aprovou a proposta n.º 2024-271-DPGA.

6.14 – Entrou-se no ponto 3.20 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato de Delegação de Competências na educação do Município de Almada nos Diretores de AE e ENA de Almada”;

6.14.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira;

6.14.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Esta proposta é também uma proposta que já foi aprovada em reunião de Câmara, também já aqui trouxemos outra idêntica pelo período que vigorou e que vigorará ainda até ao final do ano letivo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Como todos sabem eu costumo sempre lembrar isto através da lei 50 e do Decreto-Lei 21/2019, operou-se a transferência de competências do Estado Central para os Municípios no âmbito da educação, entendeu o Município de Almada que, faria, elaboraria, estabeleceria um contrato de delegação de competências com os senhores diretores daquelas competências que se entendeu que seriam melhor concretizadas numa proximidade que os senhores diretores têm com os Agrupamentos e as Escolas não Agrupadas, é também através desse contrato que a delegação de competências que está prevista o apoio financeiro para as respetivas competências transferidas.

Portanto, aquilo que aqui vos vimos propor é a aprovação da minuta deste novo contrato, o que foi celebrado termina no final do ano letivo de 2023-24, e este vigorará para o ano letivo de 2024-25. Fruto de ter sido o primeiro contrato de delegação de competências a ser feito e como todos sabemos que na prática há sempre pequenos ajustes a fazer, o texto tem pequenos ajustes que não alteram o seu conteúdo e que foram todos alterados em diálogo com os Senhores Diretores dos Agrupamentos e das Escolas não Agrupadas.

Portanto, são pequenos ajustes que a prática determinou e todos entendemos nós e os senhores diretores que seria boa a sua alteração.

Aquilo que aqui vos propomos é a aprovação da Minuta do Contrato de Delegação de Competências do Município de Almada nos Diretores de Agrupamentos e Escolas não Agrupadas de Almada, a vigorar a partir do próximo ano letivo de 2024-25.”

6.14.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprova o Contrato de Delegação de Competências na educação do Município de Almada nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e nas Escolas Não Agrupadas de Almada a vigorar a partir do próximo ano letivo de 2024/25, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de junho, que aprovou a proposta nº 2024-286-DIAS.

6.15 – Entrou-se no ponto 3.21 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Estratégico Local – Igualdade e Não Discriminação de Almada – INDA”;

6.15.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira;

6.15.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este documento também já foi aprovado em reunião de Câmara. Sabemos que existe uma nova estratégia nacional para a igualdade e não discriminação, e, portanto, a existência desta estratégia, determinou a necessidade de atualização dos documentos municipais sobre esta matéria.

Portanto, aquilo que aqui vos trazemos, é efetivamente, esta proposta de estratégia local para a igualdade e não discriminação, é o plano estratégico que emana da referida estratégia nacional e procura dar concretização aos instrumentos e documentos internacionais existentes sobre esta matéria, e que procura também dar o seu contributo à concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Aquilo que aqui vos vimos propor é a aprovação deste Plano Estratégico para a Igualdade e Não discriminação de Almada, que se anexa e que faz parte integrante deste documento.

Portanto, existindo uma nova estratégia tinha que se proceder à atualização dos documentos que tínhamos, que aliás, datavam de 2017, e que têm que prever medidas e ações no sentido da proteção de todas estas situações de discriminação.”

6.15.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:



DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, aprova o Plano Estratégico Local – Igualdade e Não Discriminação de Almada – INDA, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de junho, que aprovou a proposta nº 2024-263-DIAS.

6.16 – Entrou-se no ponto 3.22 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Almada”;

6.16.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Nuno Matias;

6.16.1.1 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria dar nota de que este é um passo muito importante para aquilo que é a atração das atividades económicas para os mercados retalhistas e para aquilo que é a visão que o executivo tem no sentido de dar outra capacidade não só de alargar o espectro das atividades que são ali desenvolvidas, mas também o âmbito e a possibilidade de atividades ocasionais, bem como aquilo que na nossa ótica era também uma necessidade fulcral, que era adaptar desde já ao novo quadro legal em vigor, porque estamos a falar de um regulamento que atualmente estava e está ainda em vigor, e que tinha sido aprovado em 2005 e desde então, várias alterações legislativas foram acontecendo, portanto, o objetivo deste novo regulamento, que foi objeto de consulta pública, participação das Juntas de Freguesia que fazem a gestão direta deste tipo de equipamentos, foi sobretudo adaptar criando flexibilidade no acesso, criando maior ponto de atratividade para um conjunto de atividades sejam elas permanentes, sejam elas ocasionais, mas sobretudo, reforçar a capacidade de atração em equipamentos, que nós queremos que tenham vida, tenham atividade, tenham com isso pontos de vivência e de identidade, que queremos ver reforçado em algo que tenha mecanismos que ajudem quem quer ter a atividade, e quem queira ter acesso a este tipo de espaços que hoje em dia como nós sabemos, têm espaço subaproveitado e que este regulamento esperemos, devolva mais capacidade de atração e mais capacidade de gerar atividade económica que nós sabemos que é essencial também para o nosso Concelho.”

6.16.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria com 37 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP e 1 abstenção da eleita do PAN, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, aprova a redação final do Projeto de Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de junho, que aprovou a proposta n.º 2024-186-DMERC.

6.22 – Entrou-se no ponto 3.23 da ordem de trabalhos, relativo à Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

6.22.1 – Para apresentar a Informação da Atividade Municipal usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.22.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Vou ser muito breve nesta apresentação, até porque é uma atividade municipal apenas relativamente aos meses de abril e maio.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, os Senhores Deputados Municipais têm junto de vós todo o relatório e nós estamos naturalmente disponíveis para responder a perguntas caso o desejem.

Apenas quero dar aqui alguns destaques que dizem respeito a todos as áreas, podendo depois os Vereadores se assim o entenderem complementar essa informação.

Em abril, houve de facto, todas as celebrações que foram realizadas pelos 50 anos da nossa Revolução dos Cravos. Como sabem a programação foi para todo o ano, mas em abril, concentrou-se com um vasto programa de iniciativas culturais e de lazer por todo o Concelho, foram exposições, concertos, teatros, cinema, encontros, oficinas criativas, atividades desportivas e visitas. E entre estas, destacamos naturalmente, dois momentos muito importantes, e que ainda que estão a decorrer, que são: a exposição do 25 de Abril de 1974 – Quinta-Feira, com fotografias do Alfredo Cunha, no Museu de Almada – Casa da Cidade, e a sua variação com artistas contemporâneos que eu volto a convidar todos/as os/as Senhores/as Deputados/as Municipais a irem visitar, porque é de facto muito bonita, Portais do Tempo, e que se mantém aberta.

Mas, para além disso, em abril realizou-se também uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, onde se deliberou favoravelmente a Revisão Orçamental, que nos permite agora encarar o resto do ano com responsabilidade.

Foi também neste período que foi constituído o Conselho Municipal do Desporto, iniciativa muito importante, penso eu, que pretende um maior envolvimento da comunidade, das associações e dos clubes, na tomada de decisões relacionadas com aquilo que é a política municipal do desporto.

Foi realizada uma exposição e uma conferência muito importante, um seminário muito importante, sobre os Cavalos Marinhos de Almada, a apresentação de um estudo que foi feito sobre as comunidades residentes, muito bonito, eu confesso que não sei se ainda lá está, mas ainda está a exposição na Trafaria que eu convido a ver, com belíssimas fotografias e haverá também um filme, foi um estudo que a Câmara Municipal de Almada patrocinou e diga-se, vai ser muito importante e está para apresentação e a criação do estudo de impacto ambiental relativamente ao projeto que a Docapesca também já terminou, para a criação do Porto de Pesca da Trafaria.

No domínio das energias renováveis, procedeu-se à instalação dos painéis que permitirão o aumento da capacidade municipal de produção de energia elétrica fotovoltaica, no Bairro dos 3 Vales, no Monte de Caparica, um investimento de 100.000.00€, cuja competente mais administrativa foi deliberada aqui hoje, que é o regulamento que discutíamos há pouco.

Este ano está a decorrer mais uma edição do Concurso de Gastronomia Sabores de Almada, com 46 concorrentes, o maior número de sempre, distribuído por 4 tipos de cozinha considerados, tradicional e autor internacional, vegetariano e vegan.

Outras iniciativas muito importantes que não podem ser descoradas, falamos naturalmente, da Conferência de Imprensa para a nova edição do Sol da Caparica.

Algo que é também muito importante e estou certa vai ser um grande atrativo para o nosso Concelho, foi a inauguração do Barracuda, que agora é visitável, e, portanto, aquele núcleo museológico está-se a desenvolver, sendo que também já está previsto com a alteração do Terminal da Transtejo para o edifício onde está neste momento o Clube Náutico, podermos fazer no primeiro andar o tal centro interpretativo que achamos que é importante e acho que vamos criar ali um núcleo muito bonito onde as pessoas chegam de barco e são automaticamente convidadas também a visitar, tanto a Fragata como o Barracuda, portanto, temos ali um polo turístico que nos parece muito importante.

Fizemos deste período visitas a todos os Quarteis de Bombeiros e agradeço como sempre, a generosidade dos seus Comandantes, onde também foi possível ir verificar as melhorias nalguns casos, mas ainda alguns dos projetos, das dificuldades que ainda têm ao nível das instalações. Devo dizer que fiquei muito bem surpreendida com algumas recuperações que têm feito seja instalação de painéis nos Bombeiros de Cacilhas, seja remodelações que têm feitas no Quartel dos Bombeiros de Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Houve a nova rota do Flexibus, algo também muito importante ao nível da WEMOB, um trajeto fundamental que permite a ligação entre instituições sociais, começa na Almasã, mas que tem tido uma procura enorme porque correspondia de facto, a uma necessidade.

Aconteceu o Read On, o nosso Festival Literário, graças à colaboração entre a Câmara Municipal de Almada e o Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté e que foi mais uma vez um sucesso, assim como entre abril e maio e prolongou-se para junho, o início do Festival dos Capuchos.

No âmbito do festival de praia que já está na 3.^a edição, e que aí não é uma organização da Câmara Municipal que é o MOGA, mas que se ofereceu para oferecer um mural na Costa da Caparica que alguns já terão visto junto à escadaria e que também, um dos maiores nomes da pintura rural marroquina numa pareceria que nós queremos cada vez alargar mais entre a nossa cidade e uma cidade em Marrocos, onde pretendemos criar ou uma geminação ou um circuito de intercambio muito importante. Agradecer naturalmente, ao Senhor Embaixador de Marrocos que se envolveu muito particularmente nestas iniciativas.

Isto foi o mais simples que eu consegui apresentar, estou disponível para questões que os Senhores Deputados queiram fazer.

Sei que a seguir há o relatório dos SMAS, que está aqui presente, Senhores Deputados, lamento, não tenho aqui nenhum resumo e, portanto, poderei anotar dúvidas que tenham relativamente a este Relatório. De facto, não foi possível ao Senhor Vereador José Pedro Ribeiro estar aqui hoje e nem foi possível concertarmos atempadamente para fazer esta apresentação, razão pela qual peço desde já desculpa, mas anotaremos e qualquer coisa que não saibamos responder, iremos naturalmente transmitir e será respondido a seguir."

6.22.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Maria Rita Magalhães (CDU), Luís Pedro Durão (PSD), Margarida Ramires Paulos (PAN), Luís Filipe Palma (CDU), Ana Luísa Rodrigues (CDU), José Alberto Lourenço (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Inês Pezarat Bom (BE), António Pedro Maco (CDS-PP), João Eduardo Geraldês (CDU), José António Rocha (BE).

6.22.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

No passado dia 24 de junho, ocorreu no Convento dos Capuchos, a cerimónia de atribuição de medalhas a várias personalidades e entidades, que se destacaram nas várias áreas da nossa vida coletiva.

Esta cerimónia teve a particularidade de se inserir nas comemorações dos 50 Anos da Revolução do 25 de Abril de 1974.

Gostaria de começar por fazer uma referência aos três momentos culturais que engrandeceram a cerimónia. Mais uma vez, parabéns aos protagonistas.

Infelizmente, consideramos que a forma como decorreu a entrega das medalhas não esteve à altura de uma cerimónia no ano em que se comemora os 50 Anos do 25 de Abril, nem das mulheres e homens, que de forma altruísta lutaram para que a liberdade e a democracia chegassem à nossa terra. Entre as quais, tendo-se visto privados da liberdade, tendo sido presos sujeitos a várias formas de tortura, entre as quais a do sono, espancamentos, humilhações de diversa ordem, à privação do convívio com os seus entes queridos.

Para ilustrar o que quero dizer, permita-me destacar o então jovem José Pedro Soares, pela coragem física e psicológica demonstrada e que durante 21 dias foi impedido de dormir, não tendo denunciado nenhum dos seus camaradas.

A forma encontrada para entregar as medalhas aos laureados foi confusa, não teve a dignidade devida a cada um dos que a recebeu, nem o público presente se apercebeu de quem era quem.

Por outro lado, esta cerimónia deveria de pertencer ao povo de Almada, deveria ter decorrido num espaço onde cada cidadão almadense se sentisse convidado a participar. Um espaço belíssimo sem dúvida, do Convento dos Capuchos, não servia este propósito, é desadequado, porque minúsculo, com entradas limitadas e reservadas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Permita-me que destaque mais uma vez os presos políticos, numa altura em tanto se fala dos valores de Abril, da necessidade de defendermos Abril, de que Abril precisa de nós e que Abril deve ser o caminho do futuro, dos muitos perigos que estão à espreita, de que devemos reconhecer Abril e os seus heróis, ex. que a Câmara Municipal de Almada faz uma cerimónia pequena, que passou despercebida à maioria da população do Concelho.

Perdemos a oportunidade de esta ser a mais bela celebração realizada no Concelho de Almada, pela Câmara Municipal de Almada, por ocasião de as comemorações dos 50 Anos da Revolução do 25 de Abril, porque nela foram homenageados homens e mulheres, presos por um motivo maior e que sonharam com um país diferente e puseram as suas vidas ao serviço desse sonho e do seu país.”

6.22.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

No que respeita à Atividade Municipal, o Grupo Municipal do PSD considera que existem vários temas de importância que merecem ser mencionados e lembrados ao executivo.

O PSD, volta à questão da Escola Maria Emília de Sousa. É do conhecimento geral, do Município, a necessidade de mais salas de aula do 1.º Ciclo e Pré-Escolar na União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, sendo assumido por parte do executivo o projeto de ampliação da Escola Presidente Maria Emília de Sousa, expresso no Plano de Atividades para 2024. Recorde-se que esta obra já constava das Grandes Opções do Plano do Município, devendo assim, ser uma das grandes prioridades para este executivo.

O projeto de obra foi lançado em outubro de 2023, sendo necessária a revisão do mesmo, aliás, o procedimento de revisão de projeto foi iniciado e o contrato de 22 de janeiro de 2024, era explícito quanto ao prazo de execução, 30 dias. Decorridos mais de 5 meses desde o fim do prazo da conclusão da revisão de projeto, sem que a obra tenha sido lançada, o PSD exige esclarecimentos por parte do executivo. Porque não foi lançada a obra?

No que respeita a questões de habitação e ainda bem que a Senhora Presidente já lembrou que a questão do IMT, nós também lembramos que há 6 meses, nesta mesma Assembleia Municipal, foi aprovada uma moção apresentada pelo PSD e preparada pela JSD, nessa moção foi deliberada a isenção do pagamento do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóvel conhecido por IMT, para os jovens até 35 anos, que trabalham e residem em Almada, há pelo menos 5 anos, na aquisição do primeiro imóvel para habitação própria e permanente até 200.000.00€ (duzentos mil euros) critério mais que objetivo.

Nos últimos três meses, o Estado Central tem apresentado um programa ambicioso no que respeita a habitação jovem e políticas jovens, incluindo nomeadamente, a isenção do IMT e respetivo imposto selo, implementação de um processo de garantia pública na compra da primeira habitação, alargamento do Programa Porta 65 e um plano ambicioso respeitante ao IRS jovem.

A questão que se impõe é simples: consegue este executivo ser tão ambicioso como o atual governo da nação? Neste sentido, é urgente continuar a trabalhar pela habitação jovem, sendo necessário que a Câmara Municipal elabore um regulamento municipal de atribuição de isenção do IMT, bem como planear o eventual impacto orçamental e a inclusão e contabilização de isenção no próximo orçamento.

Por outro lado, o problema da habitação não se resume apenas à questão económica da oferta e procura, é essencial também, que se cumpra rigorosamente os deveres de fiscalização.

O crescimento da construção de habitações clandestinas, como nos casos de Penajoia, Terras da Costa, 2.º Torrão, exemplifica a ineficácia do Poder Autárquico e Central, no cumprimento dos deveres básicos de fiscalização e planeamento da habitação municipal e nacional.

A falta de proatividade e eficiência, na gestão do património que poderia ser rentabilizado, é uma das principais causas da habitação precária no nosso Concelho. O PSD considera necessário uma revisão profunda dos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

processos de urbanismo e fiscalização, de forma a criar um sistema mais célere e reativo. Só assim, será possível evitar a perpetuação da habitação clandestina, que cresce exponencialmente a cada dia.

No campo das atividades económicas do Concelho e sabendo que não é um tema diretamente tratado pela Câmara Municipal, questionamos o executivo sobre alguma existência de alguma resposta da Costa Polis referente à situação dos concessionários da Costa da Caparica.

Por último, como não obtive resposta a um tema que coloquei aqui em questão na última Assembleia Municipal, volto a questionar: quando é que Almada terá um Julgado de Paz? Quando poderão os almadenses resolver os pequenos litígios em Almada, e não terão de recorrer a Tribunais extrajudiciais situados em Lisboa ou no Seixal?

Por último, gostaria de deixar um pequeno alerta ao executivo, em especial à Senhora Presidente de Câmara. Estamos sensivelmente, a um ano de final de mandato, e passaram quase sete anos de governação durante os quais os almadenses esperavam mudanças estruturais face aos longos anos de governação da CDU. É verdade que o executivo enfrentou desafios provocados por fatores fora do seu controlo, como a COVID 19, a subida histórica da inflação, e uma crise de habitação de escala nacional e europeia. No entanto, o COVID não pode ser desculpa para atrasos estruturais dos projetos camarários, e a subida em flecha da inflação não pode continuar a ser a justificação para a falta de fomento do tecido empresarial do Concelho. A incapacidade do nosso Concelho em tornar-se uma referência no polo científico empresarial de emprego, também não pode ser ignorada. É preciso fazer mais, é preciso sentar à mesa, ouvir e mais importante, saber negociar os objetivos até ao final do mandato.”

6.22.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

No que diz respeito ao bem-estar animal, como foi dito aqui, estamos a um ano e pouco do fim deste mandato, e o que sabemos sobre o novo centro de bem-estar animal é praticamente nada. Quando veremos finalmente obra no terreno?

A propósito do Canil Municipal, também gostaria de saber porque é que só se realiza um dia por semana de voluntariado, também já fiz essa questão e não obtive resposta. Porque é que não são divulgadas as ações de voluntariado para que mais pessoas se possam juntar a este grupo, mais pessoas possam ir ao Canil, mais pessoas possam adotar animais, sensibilizar e fazer socialização dos mesmos.

Relativamente às denúncias que o PAN faz chegar ao Serviço Veterinário, trago este tema sempre ao plenário porque não consigo resolver, o que recebemos são respostas a conta gotas, e que muitas vezes não salvaguardam o interesse dos animais. Desde novembro de 2023 que aguardo esclarecimentos sobre as denúncias para as quais nunca tive resposta, ou outras cujas respostas foram insuficientes ou desadequadas. Não parece justificável nem razoável esta falta de resposta, até mesmo agora, por parte do Gabinete do Senhor Vereador.

Sobre o Plano Municipal de Desacorrentamento de Animais de Almada, apresentado pelo PAN e aprovado nesta Assembleia Municipal há 2 anos, ou seja, em junho de 2022, queria saber como está a sua implementação. Recebemos ontem a resposta ao requerimento enviado pelo PAN e, não obstante agradecer a informação enviada acerca da atividade desenvolvida pelo Senhor Provedor sobre o acorrentamento, esta informação não responde às perguntas colocadas. Nomeadamente, já foram realizadas as ações de sensibilização e informação nas Juntas de Freguesia? Já foi criado o corpo de voluntários para as visitas de acompanhamento a cães acorrentados? Já foi feito o levantamento das necessidades relativamente ao número de animais acorrentados no Concelho? Já foram realizadas visitas aos animais acorrentados no âmbito deste plano? Quantos animais já foram ajudados?

Quanto as esterilizações de animais temos recebido imensos relatos de muitos nascimentos de gatos na rua, levando a um descontrolo de colónias e ao aumento de animais na rua.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O último Relatório do ICNF 2023, diz-nos que foram realizadas 1058 esterilizações no CRO, gostaríamos de saber destas quantas foram para gatos de colónias ao abrigo do programa CED.

Sobre o banco alimentar, também tivemos conhecimento pelas redes sociais que existia uma angariação de ração para cuidadores e uma entrega da mesma do passado 20 de junho, na Bateria da Raposa.

Uma vez que a mesma contou com a presença do Senhor Vereador, mas foi organizada pelo Senhor Provedor, gostaríamos de saber se esta iniciativa é a aplicação prática da proposta do PAN à Câmara Municipal, e se sim em que moldes irá ser desenvolvida, ou se é apenas uma iniciativa da Provedoria.

Deixo apenas o exemplo de Lisboa em que houve a criação da rede de resposta alimentar, uma rede solidária que visa assegurar alimentos aos animais de rua no âmbito do programa CED, sendo esta iniciativa uma parceria entre a Câmara Municipal, a Provedoria dos Animais de Lisboa, a Gebalis e as Juntas de Freguesia, tendo existido uma inauguração do espaço com convite público e divulgação do evento e da iniciativa.

Em Almada confesso, que continuo sem perceber como se estruturam as iniciativas que propomos à Câmara Municipal.

Finalmente, em março, enviamos também um requerimento sobre o Programa Municipal para a Educação Ambiental e Proteção Animal, onde colocamos seis questões, sobre ecopontos, sobre ações de formação para os profissionais nesta matéria, projetos pedagógicos existentes, contacto regular dos alunos com animais, etc. A resposta que recebemos, ontem, três meses depois, enumera apenas os ecopontos e os compostores que as escolas dispõem, nada mais.

Creio que não será necessário dizer à Câmara Municipal, que a educação ambiental vai muito além da reciclagem e da compostagem. E por isso, volto a deixar a pergunta: quando irá o executivo implementar um programa municipal de educação ambiental e de proteção animal.”

6.22.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Senhora Presidente, é público que a Câmara Municipal de Almada candidatou ao PRR a construção de dois novos centros de saúde no Concelho.

Falamos do novo Centro de Saúde na Costa da Caparica, para substituir o atual, que não tem capacidade de resposta para as necessidades que hoje se colocam, e o novo Centro de Saúde no Feijó, uma velha e justa aspiração das populações das Freguesias de Feijó e Laranjeiro e do Concelho de Almada em geral.

Em diversas ocasiões a Senhora Presidente da Câmara Municipal, aqui nos disse, nesta Assembleia Municipal, que iria trazer-nos os projetos de execução de ambos os novos centros de saúde. A última vez que nos lembramos, foi em setembro de 2023. Foi-nos então garantido, que até ao final de 2023, esses documentos seriam apresentados aos eleitos da Assembleia Municipal. Estamos exatamente a meio do ano de 2024, e essa promessa não foi cumprida.

A questão que colocamos Senhora Presidente, é quando é que tenciona dar a conhecer os projetos de execução e os programas funcionais destes novos centros de saúde a esta Assembleia Municipal.

Ainda no domínio da saúde, o Governo decidiu encerrar o Centro de Saúde da Trafaria contra a opinião e sentimento generalizado da população daquela Freguesia do Concelho de Almada, que se sente injustiçada por ter perdido uma valência essencial para a sua qualidade de vida e por ter passado a ser obrigada a deslocar-se vários quilómetros, para um lado e para o outro, para beneficiar dos serviços de atendimento de saúde a que tem direito constitucional e que já teve disponíveis na sua terra.

Continuamos ao lado da população da Trafaria, a contestar a decisão de encerramento do Centro de Saúde na Trafaria que reiteramos, é injusta e nefasta, marcada por uma visão que não serve os trafarienses, os almadenses e todos aqueles que nos visitam.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Como é sabido, a Câmara Municipal assumiu a posse do edifício onde funcionava o Centro de Saúde da Trafaria, a pergunta que fazemos é para quando a sua abertura, como foi há largos meses prometido, dotado de valências na área da nutrição, saúde mental e saúde oral, pelo menos, para além da articulação com o Centro de Saúde da Costa da Caparica para entrega de receitas médicas aos utentes, evitando deslocações à Costa da Caparica para esse efeito. Mas também para responder à vontade da população da Trafaria a valência essencial dos cuidados de saúde primários e de proximidade, que é a valência da medicina geral e familiar.”

6.22.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Tal como foi informado ontem na leitura do Relatório da 5.ª Comissão, reunimos hoje de manhã com o Conselho de Administração da ULS Almada/Seixal, onde a Dra. Teresa Luciano, nos informou e até solicitou que se intercedesse sobre a entrega de três viaturas elétricas que se encontram a aguardar levantamento por parte do Município. Gostaríamos de obter informação sobre esta situação.”

6.22.2.6 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

A questão que eu queria colocar é relativamente simples.

Não sei se foi lapso meu na leitura dos documentos, mas desta vez a execução orçamental do primeiro semestre, não vem na Atividade do Município. Nem a despesa corrente, nem a receita corrente, nem o PPI, nem o PAM, nem as GOP, s, gostaríamos de saber qual é razão porque neste momento não foram distribuídos.”

6.22.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

O Grupo Municipal do CHEGA traz um conjunto de questões, mas devido ao avançar da hora vamos reduzir a nossa abrangência e colocar apenas algumas.

Senhora Presidente, o que é que nos pode dizer sobre o ponto da situação das infiltrações da água nas Salgas de Cacilhas, este importante núcleo museológico e histórico do nosso Concelho, como é que está a situação, quando é que ficará resolvida?

Relativamente a algumas das visitas feitas pela 5.ª Comissão, que já foram referidas no relatório, para quando uma solução para situações como as do Bairro Cor de Rosa em que o lixo e as áreas verdes, áreas públicas, estão completamente degradadas e inaceitáveis, para quem lá vive e quem utiliza e pretende utilizar o espaço?

Relativamente a outro assunto que foi trazido ontem a esta nossa Assembleia Municipal. A Estratégia Local de Habitação nunca resistirá se permitir a construção de bairros ilegais. Já reportamos diversas construções em Almada e o executivo não nos deu resposta em nenhuma das vezes que o questionamos. Trouxemos inclusivamente, imagens e fotos de bairros e casas a serem construídas e nunca nos foi dada qualquer resposta, e grande parte dos casos e situações que trouxemos, não são terrenos do IHRU. Ou seja, a desculpa que foi dada ontem relativamente a Penajoia não serve, não é uma situação que baste dizer que o IHRU resolve, porque não é uma situação do IHRU. Nunca controlará a situação se continuar a permitir a proliferação dos bairros ilegais. Não pode apenas agir quando os munícipes se apresentam nesta Assembleia Municipal a queixarem-se, é necessária uma intervenção prévia dissuasora da construção ilegal. Só assim poderemos um dia todos aspirar termos uma Almada em que não tem sessenta e dois bairros ilegais.”

6.22.2.8 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pizarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Vou tentar ser breve, mas tenho aqui algumas questões a colocar.

Em primeiro lugar, dizer que tal como já alertamos este executivo várias vezes, Almada continua e está cada vez mais suja. Têm sido inúmeros os relatos de várias pessoas de Cacilhas, do Laranjeiro, da Trafaria, da Costa da



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Caparica, que relatam um aumento das baratas na rua, em casa, a acumulação do lixo, e, portanto, o que queremos saber é o que é que se passa, porque Assembleia após Assembleia, nós vimos alertar para isto e parece que a situação só piora. Ainda por cima, num executivo que tem supostamente contas saudáveis, porque é que não se contratam mais trabalhadores para fazer a limpeza necessária do Concelho. Parece-nos que não há motivos nenhuns para o Concelho estar neste estado.

Por outro lado, existe também muitas queixas do crescimento das ervas nos passeios, que prejudica e é perigoso, já sei que me vai dizer que é por causa do glifosato, mas já sabemos que se não se coloca o glifosato as ervas crescem mais, é preciso cortar mais vezes, se calhar é preciso contratar mais gente para fazer esse trabalho. Portanto, apelar mais uma vez a que se resolva esta questão.

Por outro lado, estamos em plena época balnear e os acessos às praias estão uma desgraça. Já sabemos que aqueles acessos por si só são estreitos, as pessoas estacionam, são perigosos, para além disso, as árvores estão a entrar dentro dos passeios, é preciso serem podadas senão pode ainda dificultar mais essa questão.

Também durante este último período foi inaugurada na Trafaria uma obra chamada a Onda, foi inaugurada com muita pompa e circunstância, encomendada a um prestigiado estudo de arquitetura, mas aquilo que nós gostaríamos de saber e que algumas pessoas comentaram connosco, é que não perceberam muito bem qual era a utilidade daquele espaço, sendo que chegavam lá e encontravam um toldo com mesas mas sem cadeiras, portanto, a pergunta das pessoas é se é suposto levar as cadeiras de casa? Não é assim muito prático as pessoas levarem as cadeiras de casa, mas reconheço que talvez esteja para além da minha capacidade concetual de entender a obra.

Quanto aos transportes públicos, estão cada vez piores, saiu uma noticia há pouco tempo a dizer que os transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, estão piores do que os últimos quinze anos, faltam carreiras, faltam serviços e a verdade é que a Carris Metropolitana não está a dar a resposta aos almadenses que devia e, portanto, saber se a Senhora Presidente tem transmitido essa noção junto da Carris Metropolitana e o que é que pretende fazer para melhor os transportes públicos de quem vive e trabalha em Almada.

Por outro lado, dizer que temos recebido queixas de moradores do Funchalinho, dizendo que existem canaviais, que estão ali há muitos anos, que alertam há muitos anos a Câmara Municipal para esse problema e que não tem sido resolvido, que já ocorreu ali um incêndio, que eles têm medo que volte a acontecer e que não existe a limpeza de facto, dessas zonas e portanto, apelar também a que esta situação seja resolvida.

Na Trafaria aparentemente existe também um terreno municipal que está um bocadinho ao abandono, entre a Arriba e a Avenida Bulhão Pato, o acumular de lixo e de ervas que vão crescendo, torna aquilo um pouco insalubre, existem também uma ribeira ali a passar na zona, e portanto, os moradores alertam e pedem por favor, que já há vários anos pedem e sendo um terreno municipal ainda mais a Câmara Municipal tem a responsabilidade de o manter limpo, que a ribeira estando cheia de lixo, o risco de cheia aumenta, as casas à volta ficam em perigo, estão também postos de eletricidade tombados perto das casas, o que também constitui um risco para as habitações e para as pessoas que ali moram, e aquilo que nos chegou é que houve uma intervenção dos SMAS nessa zona, que supostamente desimpediram parte dessa zona, mas que o trabalho não foi terminado, deixaram lá o entulho e o lixo a acumular e pedem que seja mais uma vez limpo esse terreno.

Por último e voltando aqui à questão que ontem foi muito debatida nesta Assembleia Municipal pelos moradores de Penajoia, dizer que, a habitação é um direito de qualquer pessoa, as pessoas não constroem barracas ou casas ilegais, sendo que para mim ilegal é não ter casa, porque querem, ninguém quer morar nessas condições. Alguém constrói essa casa porque não tem a possibilidade, não tem o acesso de viver numa casa digna.

Portanto, eu gostava de pedir à Senhora Presidente que junto do IHRU, sensibilizasse o IHRU para que não destruísse as casas das pessoas antes que haja uma alternativa habitacional para essas pessoas. Estamos a falar de cerca de trezentas e cinquenta pessoas onde se incluem bebés recém-nascidos, crianças, idosos, aquelas casas podem não ser as casas dignas que aquelas pessoas merecem, mas são as únicas, é o único teto que eles



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

têm neste momento. Portanto destruir aquelas habitações é mandar aquelas pessoas para a rua, não me parece que essa situação seja melhor do que a atual. Portanto, pedir mais uma vez à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que junto do IHRU sensibilize para esta situação.”

6.22.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

No passado dia 18 de junho, passados poucos meses sobre a conclusão da intervenção de grande dimensão na rede de abastecimento de água e de saneamento na Avenida do Cristo Rei em Almada, ocorreu uma rutura de grandes dimensões na conduta de abastecimento de água, no local onde o sistema da Avenida do Cristo Rei entronca com a Rua dos Espatários. Perante este facto a CDU pergunta e pede que nos seja explicado como é possível que poucos meses depois da conclusão de uma obra de tal envergadura tenha sido possível ocorrência de tal situação.

Na tentativa de entender o que provocou tal situação, pedimos que nos esclareçam: se em sede de projeto de execução da obra foram consideradas todas as variáveis relativas às condições técnicas e exigíveis numa intervenção desta natureza e dimensão; se a concretização da obra foi objeto da necessária e adequada fiscalização técnica; por último, sabendo que no dia em que ocorreu aquela circunstância houve mais ruturas registadas na rede municipal de abastecimento de água, solicitamos que nos informem se os Serviços Municipalizados tiveram as condições para acudir atempadamente às diferentes situações registadas.”

6.22.2.10 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

São três questões muito diretas à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Estamos a finalizar um ano letivo e prepara-se um novo que vai começar em setembro, e a nossa pergunta muito direta, é se há garantias da transferência da Escola do Alfeite para a Escola Comandante Conceição e Silva aconteça, assim como a abertura da Escola Maria Rosa Colaço, no Feijó.

A terceira questão tem a ver com a pergunta que foi colocada ontem pela Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Laranjeiro e Feijo, relativamente ao Centro de Convívio que têm no edifício da Febo Moniz, e, portanto, qual é a intenção da Câmara Municipal, se é manter esta valência social ou se há uma outra ideia para aquele espaço.”

6.22.2.11 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Já foi hoje aqui falado, nesta Assembleia Municipal, por alguns dos Deputados Municipais, um problema que tem assolado o Concelho, que é o problema da limpeza no espaço público. Eu não sei o que é que se passa com este plano estratégico para a limpeza pública, mas o que é certo, é que surgem cada vez mais queixas por parte dos munícipes, aliás, essas queixas com certeza, também existem diretamente na Câmara Municipal, mas também um pouco por todas as redes sociais verificamos aquilo que tem sido e que acontece um pouco por todo o Concelho. E se é evidente que há cidadãos que não cumprem com as regras, também é evidente que a Câmara Municipal tem que atuar, tem que ter fiscalização e tem que ter sobretudo um plano de recolha deste lixo.

Já foi aqui também falado e a 5.ª Comissão da Assembleia Municipal, visitou o Bairro Cor de Rosa no Pragal, e o que é certo Senhora Presidente, é que os moradores queixaram-se e fizeram queixa à Comissão, aos Deputados Municipais presentes, o IHRU apareceu, quero recordar que não aparecia há muito tempo, apareceu agora, e bem, portanto Senhora Presidente, aquilo que eu questiono é se se sente confortável com os moradores a queixarem-se de que têm ratos, eu sei que não é agradável usar estes termos aqui, mas é a realidade. Nós estamos aqui a representar os munícipes e tem que ser dito desta forma. Ratos, baratas, que estão seteados, que têm partes totalmente fechadas e que a vegetação é mais que muita e, portanto, não podem usufruir na



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

plenitude aquilo que é a sua vivência comunitária. Portanto, Senhora Presidente, quando é que tenciona fazer a limpeza deste espaço.

Depois, parece que a Fonte da Telha mais uma vez está esquecida. Eu acho que quem visita a Fonte da Telha que todos nós conhecemos, com certeza a Senhora Presidente também conhece, mas com certeza não passará lá muito tempo, há muito tempo que lá não vai. Se vai, então estamos mal, porque se aquilo é o conceito do que é uma Fonte da Telha desenvolvida e direcionada para os visitantes e sobretudo para os almadenses, enfim, acho que penso que estamos conversados.

Depois, tendo em conta ainda a questão a ver com as praias. Falou-se do Transpraia, o que é que se passa com o Transpraia? Não vamos ter Transpraia para este ano? Falhou mais uma vez a promessa em volta do Transpraia, o que é que se passa Senhora Presidente?

Também já foi aqui falado nos Julgados de Paz. A Senhora Presidente anda praticamente há dois mandatos para tentar instalar os Julgados de Paz no Concelho. Senhora Presidente, nos outros Concelhos fazem-se, porque é que aqui não se faz? Porque é que demoram tanto tempo esses projetos a saírem da gaveta e a serem implementados para o Concelho?

Ainda relativamente a uma questão que está em standby que é a saída da GNR do Castelo de Almada. Em que pé se encontra esta mesma situação? Falando aqui da GNR, eu ainda irei analisar mais aprofundadamente o Relatório que saiu há dois dias relativamente às polícias, com certeza na próxima Assembleia Municipal já terei aqui mais informação, para nós podermos analisar aqueles que foram os oito anos de Governo do Partido Socialista relativamente às forças de segurança.

Depois, nós sabemos que infelizmente, o Ginásio Clube do Sul tem alguns infortúnios relativamente à sua atividade e tem um excelente pavilhão, eu gostaria de fazer a pergunta ao executivo, se tem alguma ideia, se haveria alguma possibilidade de tentar avocar para si, o direito de superfície, alguma gestão do pavilhão, visto que se trata de um imóvel para desporto que até está bastante conservado. Portanto, deixo aqui o repto, se há possibilidade de a Câmara Municipal tomar conta dessa mesma gestão.

E depois, também devemos ter em atenção à iluminação, que aqui também já foi falado e muitas vezes a Senhora Presidente diz que a E-Redes não responde, mas a Senhora Presidente é Presidente da Câmara Municipal, tem que fazer um bocadinho mais, a E-Redes ainda não manda nos Municípios.”

6.22.3 – Nos termos do n.º 4 do artigo 52.º do Regimento da Assembleia Municipal, o requerimento apresentado sobre a continuação dos trabalho, foi aprovado por maioria com 27 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 1 da eleita do PAN; 5 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do CDS-PP, 1 eleito do Grupo Municipal do PS; 5 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.22.4 – Para prestar esclarecimentos sobre a Informação da Presidente da Câmara acerca a Atividade Municipal usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, a Senhora Presidente da Câmara Municipal e ainda o Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU).

6.22.4.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Relativamente às questões colocadas pela Senhora Deputada Municipal Rita Magalhães, lamento mesmo a leitura que a CDU fez da cerimónia. Eu devo dizer que, não só considereei a cerimónia muito bonita e muito emotiva. Aliás, a grande maioria das pessoas que lá estavam e que se me dirigiram iam nesse sentido. Portanto, fico mesmo triste, mas infelizmente a CDU, visivelmente temos níveis de sensibilidade diferentes. Portanto, ao contrário do que disse, acho que foi uma cerimónia muito emotiva, muito bonita, muito digna, pela dignidade que todas aquelas pessoas nos mereciam e folgo em saber que a apresentação artística, os vencedores do



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

declamar Abril, deram aqui um grande folgo de esperança, porque de repente, foi uma celebração do 25 de Abril, com jovens artistas. Portanto, acho que no seu todo foi de facto, um momento muito bonito.

Pergunta-me e aproveito para responder desde já sobre as obras dos SMAS, eu acho que a pergunta da CDU e todos fazemos a mesma pergunta, o que desabou foi exatamente a zona que não foi intervencionada, a conduta que não foi substituída. É a razão. Aquele Largo foi reabilitado, mas a obra da conduta termina mesmo antes, foi essa ligação que foi abaixo, lamentamos. Aliás, depois ao longo da Capitão Leitão, penso que todos nós sabemos que importa continuar.

Relativamente à questão das Escolas, que foi levantada pelo PSD. Posso dizer muito brevemente, que a Escola Maria Emília Neto de Sousa, enquanto não tem obras já está previsto a colocação de monoblocos para o seu alargamento. Eu não tenho tempo para responder a todas as questões mesmo que quisessem.

Quero dar nota que continuamos a aguardar da parte da Costa Polis, a tal deliberação que nos permita lançar o concurso, já transmitimos ao novo Governo, e é desesperante. Uma coisa é certa, já foi transmitido aos novos responsáveis da tutela, é uma coisa tão simples, é uma deliberação em Assembleia Geral da Costa Polis a dizer, a Câmara Municipal está devidamente, olhe para não acontecer nada, nem preciso ao que acontece a estes grandes concursos, nós temos que estar devidamente legitimados para lançar o concurso, para que não venha a ser impugnada à primeira reclamação que venha a acontecer perante o concurso público. Portanto, este atraso é incompreensível. Felizmente, os concessionários, graças ao documento que tanta celeuma levantou, enviado pela WEMOB, sabem que têm ali uma garantia de direitos, ao menos isso. Mas é claramente insuficiente, nós temos estado a dar o benefício da dúvida para as novas equipas das finanças e do tesouro, estamos a dar-lhes algum tempo para voltar à carga. É incompreensível este impasse.

Relativamente às questões colocadas pela Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, tenho aqui o Relatório, o estudo prévio do CRO já foi aprovado, tratou-se de verificar também a autorização do espaço canal por baixo do viaduto. Foi necessário o arquiteto e é verdade, estamos no segundo reformular de novo relativamente a pareceres de segurança que exigiu uma reformulação também dos edifícios por causa do espaço canal, neste momento já está em projeto de execução. Portanto, terei todo o gosto em lhe mostrar, assim que estiver pronto.

Senhor Deputado Municipal Luís Palma. Os Centros de Saúde é a mesma coisa, assim que estiverem concluídos terei todo o gosto em mostrar o projeto de execução. A questão nem sequer se coloca. Mas eu adoraria ter reunido nos últimos tempos consigo e teria lhe mostrado com todo o gosto o estudo prévio, Não foi por falta de apelo em que viesse reunir connosco. Volto a reiterar aqui, publicamente, o convite para uma reunião, o apelo para uma reunião, acho que temos muita coisa para conversar e garanto-lhe que terei todo o gosto em mostrar-lhe o projeto que ouvi do Centro de Saúde, que é um pré-projecto, estando neste momento em fase de projeto de execução.

Mas há uma questão que ontem não tive tempo de responde e que quero deixar claro. Nós fomos todos um bocadinho surpreendidos, também não escondo, mas são as surpresas almadenses, de repente parece que há gavetas que estiveram fechadas durante quase sete anos, e quando uma obra está mesmo a começar, milagre, abre-se uma gaveta e sai de lá uma concessão, direito de superfície, uma coisa qualquer que ninguém sabia, e vamos lidar com ela. Agora, em nome do interesse público e tendo a Associação de Reformados outro espaço, é evidente que a Câmara Municipal vai reclamar para ela a Febo Moniz em nome do interesse público, para que seja dada à Febo Moniz o destino que nós temos dito que vai ser dado, que é habitação. Portanto, eu vou ter que ir estudar com calma os termos em que foi conseguido, espero que ninguém fique prejudicado, mas há uma coisa neste momento maior, que é a questão do interesse público, neste momento o que está em cima da mesa, é uma empreitada já em curso para a Febo Moniz, uma candidatura já entregue para a Febo Moniz, tem que se regularizar a situação, não será a primeira infelizmente, do género destas concessões que se arrastam há anos e anos, espero que seja a última. Espero que seja a última, a não ser que alguém volte a abrir uma gaveta e que saque de lá mais um documento que até à data não foi.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Quero lembrar que a Febo Moniz foi por duas vezes a reunião de Câmara para lançamento de projeto e obra, foi preciso o início da empreitada para a tal gaveta se abrir, é extraordinário, acontece, mas iremos resolver.

Relativamente às viaturas elétricas, a Senhora Vereadora falará.

Relativamente à parte financeira eu já pedi informação, e já poderei lá voltar.

Relativamente à higiene urbana. O Senhor Deputado pergunta se me sinto confortável. Não Senhor Deputado, não me sinto confortável, nem sinto eu e com isto não estou de modo nenhum a diminuir as nossas próprias responsabilidades, nem sinto eu, nem sentem os meus colegas pelo vistos de Norte a Sul do país, estamos a ter um pico de produção de lixo que é muito diferente das ervas, que está a ser difícil de gerir. Isto tem que ser tratado, temos que arranjar soluções de emergência, a Senhora Deputada Inês Bom diz até com alguma candura, contratem pessoas. Pois é, a grande dificuldade neste momento, seja para nós entidade pública, seja para os prestadores de serviço, está mesmo aí, é que não há pessoal. Portanto, isto está a criar uma situação muito difícil para nós todos. Tive uma grande reunião de autarcas pelo menos, temos que ter algum humor na desgraça e andávamos a trocar as fotografias do lixo de uns e de outros e do nosso pesadelo comum. Há uma situação de crise, curiosamente quase semelhante a uma situação de crise que houve durante o COVID quando as pessoas estavam todas confinadas, e se puseram todas a fazer obras, e são toneladas e toneladas de entulho, eu acho que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que também têm a seu cargo o entulho, também já não sabem o que fazer com isto, eu sei que oficialmente estamos em crise, mas eu garanto que há um dinamismo absolutamente extraordinário na reabilitação de todas as casas e depois há outra questão e sobretudo em época balnear, e volto a referir, vamos reunir com as Juntas de Freguesia outra vez, com os nossos serviços, com os operadores privados, para tentar criar aqui de facto, uma task force. O problema principal, não haja dúvida nenhuma, falta de pessoal disponível, segundo problema principal, um aumento descomunal de produção de resíduos, estamos disponíveis para criar aqui uma task force, mas a task force não servirá de nada se não tivermos também a coragem de pedir a colaboração de todos. Para com os serviços da Câmara Municipal e serviços das Juntas de Freguesia. Fala-me do Bairro Cor de Rosa, que eu saiba até tinha sido limpo para a visita dos Senhores Deputados, embora eu acho que o melhor é mostrar a realidade. Sim, os bairros são limpos, as estradas são limpas, os cantos são limpos, mas a produção neste momento de resíduos é quase intolerável. Ninguém está a descartar a sua responsabilidade, e assumiremos a nossa e tomaremos as medidas possíveis. Agora, temos que apelar a um esforço comum, não tenhamos dúvidas disso, podem fazer o aproveitamento político que quiserem nas redes sociais, agora, nós continuaremos a dizer: estamos cá para fazer todo o esforço necessário para recolher o maior número. E vê-se no número de toneladas apanhadas.

Relativamente ao Quartel de Almada. Também gostaríamos de saber Senhor Deputado, a Câmara Municipal também já fez tudo, já cedeu o terreno, já se ofereceu para fazer o projeto, já se ofereceu para fazer projeto de execução, está a aguardar por parte da Administração Interna ou da Secretaria Geral da Administração Interna, ou já não sei quem é que está a fazer o projeto, já não sei. Confesso, nós já não sabemos, o Castelo de Almada está no REVIVE, neste momento a Câmara Municipal já regularizou, porque o anterior Quartel que lá está também não tinha sido construído no lote que tinha sido atribuído, foi necessário reverter, voltar a fazer, voltar a doar, tudo isso já está feito, da nossa parte está feito, aguardamos, com impaciência.

Relativamente ao Ginásio Clube do Sul, importa dizer que a Câmara Municipal, inclusivamente, também já reuniu com a administradora de insolvência, neste momento há uma situação de insolvência, há uma administradora de insolvência, nós não estamos ao nível de dizer há direito de superfície, ou não direito de superfície, a questão é bastante mais complexa, porque há uma dívida acumulada e compete agora à administradora de insolvência, já reunimos com ela, desde o primeiro momento temos estado em conversações para ver se há alguma solução possível. Mas os termos da cedência que foi feita também prevê um direito de reversão e nesse sentido é preciso ver. A Câmara Municipal desde o início espera que haja a melhor solução possível para bem do Ginásio Clube do Sul e não de mais ninguém a não o Ginásio Clube e todos aqueles que o frequentam, os pais e os alunos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

City Cortex. Senhora Deputada, por um lado, não foi adquirido pela Câmara Municipal de Almada, foi uma oferta. Em primeiro lugar, a obra que ali está é um grande evento chamado City Cortex, passasse essencialmente em Lisboa, na zona de Belém, recebemos uma das obras de umas instalações que normalmente são precárias, de um dos maiores arquitetos que lá está, que fez de facto, uma instalação que é suposto até ser mais duradoura, foi uma oferta no âmbito de uma exposição. E sim, graças à EDA, que é uma Associação importante na Trafaria, há todo um programa em que as pessoas trazem duas cadeiras, que são reabilitadas com base naquela pasta de cortiça, para estimular a recuperação de mobiliários, levam uma cadeira e se puderem deixam outra. Portanto, sim, por enquanto, o próprio princípio da instalação é inspirar as pessoas à reabilitação e recuperação e uma economia circular, graças a uma associação local a quem eu mais uma vez agradeço, porque são de facto, incedíveis de dedicação e de qualidade que é a EDA, que faz justamente a reabilitação desse mobiliário.

Portanto, parte do conceito de cada um trazer a sua cadeira, reformula-la e poder trazer de volta.

Eu penso que já respondi praticamente a tudo, Senhor Presidente se me permitir passarei a palavra à Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira”.

6.22.4.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

A ARS, ainda ARS, contactou-nos dizendo que nossa vai entregar três carros, dizendo-nos já que tinha entregue dois ao Seixal. Portanto, nós estamos a aguardar, não somos nós que estamos à espera para ir levantar, só se ontem chegou alguma novidade que eu não sei. Mas não, aquilo que nos disseram, e nós temos que ter ao serviço da ULS cinco carros por alto, só vieram dois e estão mais três do Município ao serviço da ULS. Tem estado sempre completo aquilo com que nos comprometemos. E de facto, foi-nos dito há cerca de oito dias, que iríamos ter três viaturas elétricas que iriam substituir aquelas que o Município tem. Não tenho informação de que estejam à espera de levantamento. Até porque também me foi informado que o Seixal já tinha as viaturas. O processo foi mais célere, foi o primeiro. Mas eu vou já na segunda-feira telefonar à Dra. Teresa Luciano a ver se ela tem alguma informação privilegiada.”

6.22.4.3 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Eu fiz uma pergunta que não teve resposta, não sei porque razão. Eu repito a pergunta: porque é que a execução orçamental do primeiro semestre não foi distribuída?”

6.22.4.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

O semestre não acabou, estão a fechar o semestre, a informação financeira será distribuída juntamente com a Informação, e está indicada a razão pela qual não foi entregue agora, será entregue com o fecho do semestre.”

7 – A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento ao Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro – CIRL, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

8 – Concluiu-se a ordem de trabalhos pelas 01H45, tendo-se dada por concluída a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitado aos Senhores/as Deputados/as que fosse dada como aprovada a minuta da ata.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as Filipe Pacheco (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Gabriel Machado Rosa (PS), Nuno Filipe Matias (PSD), José Luís Bucho Matos (CDU), Helena Manuela Azinheira (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU), Catarina Pé-Curto (CDU) e Filipa Lourenço Cruz (BE).



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

10 – Foi verificada a presença de cerca de 30 munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1.º SECRETÁRIO

A 2.ª SECRETÁRIA

